

# ATO ESVAZIADO: SEM ANISTIA É O GRITO DE ORDEM



Arte/FPY/foto: @fulano / reprodução Instagram

O ato de Bolsonaro em Copacabana foi um fiasco, com público reduzido e clima de desânimo e números inflados pela PM do Rio. A poucos dias do julgamento no STF, que implica o clã Bolsonaro e militares de seu governo, Eduardo Bolsonaro anuncia que fugirá para os EUA, tentando escapar da responsabilização

**focus**  
**BRASIL**

Bolsonaro e Copacabana: entre o vítimismo e a luta pela sobrevivência política

STF inicia julgamento contra Bolsonaro na próxima semana

Há 35 anos: o confisco da poupança de Collor devastou população

Humberto Costa: “O que faltou após a Ditadura, precisa acontecer agora”



»» PROGRAMA  
**Reconexão Periferias**  
exibido quinzenalmente, às terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE: [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima, Fernanda Otero, Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338





# Rejeição Pública

O ato convocado por Bolsonaro em Copacabana mostrou o abismo entre seu discurso e a realidade política. Com público bem abaixo do esperado e sem adesão popular à pauta da anistia, o evento expôs a fragilidade de sua base. Enquanto aliados buscavam projetar força, os números indicavam o contrário: a distância entre o ex-presidente e as preocupações do povo nunca foi tão evidente. **pág. 05**

## CARTA AO LEITOR

Os vivandeiros do golpe e o fiasco das ruas

**pág. 04**

## TIC TAC

STF inicia julgamento contra Bolsonaro na próxima semana

**pág. 05**

## RADIOGRAFIA

Ataques de Bolsonaro ao STF e Alexandre de Moraes

**pág. 08**

## ENTREVISTA

Humberto Costa: “O que faltou após a Ditadura, precisa

acontecer agora”

**pág. 10**

## ARTIGO

Descontaminando o debate econômico: uma análise da imprensa, por Guilherme Mello

**pág. 16**

## AVANÇO

Fim da escala 6x1 é citada como prioridade do PT no próximo período

**pág. 19**

## MEMÓRIA

Em 16 de mar.o de 1990, Fernando Collor confiscava a

poupança do povo brasileiro

**pág. 21**

## ARTIGO DO LÍDER

Isenção de IR de até R\$ 5 mil: medida justa e necessária

**pág. 23**

## INTERNACIONAL

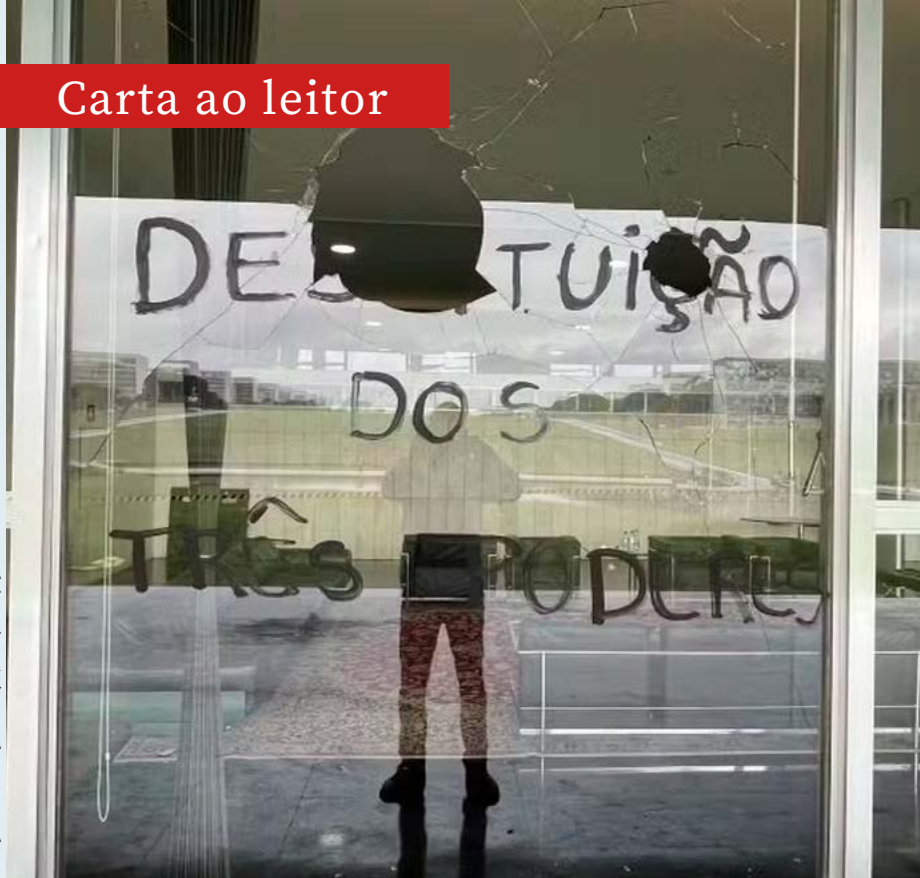
Exército israelense ataca alojamentos do Hamas e deixa mais de 400 mortos

**pág. 24**

## SEMINÁRIO

A luta por democracia e liberdade nos países africanos colonizados por Portugal

**pág. 25**



# Os vivandeiros do golpe e o fiasco das ruas

Mesmo com forte mobilização, a manifestação bolsonarista em Copacabana ficou aquém das expectativas, evidenciando a perda de fôlego da extrema direita nas ruas. Artigo de Alberto Cantalice, diretor de comunicação da FPA

Alberto Cantalice

**V**ivendo sob a perspectiva da incriminação pelo Supremo Tribunal Federal por atividades atentatórias ao

Estado Democrático de Direito, Jair Bolsonaro protagonizou uma das páginas mais hilariantes do

atual cenário político.

Nem o peso do Partido Liberal, nem a presença de governadores, parlamentares e lideranças evangélicas foram suficientes para transformar o ato do último domingo (16/3), em Copacabana, no Rio de Janeiro, em uma grande mobilização.

A expectativa dos golpistas era reunir um milhão de pessoas, mas o evento contou com apenas

18.500 manifestantes, segundo a USP, e 30 mil, de acordo com o Datafolha.

A nota dissonante veio da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que, segundo a imprensa, a mando do governador Cláudio Castro, inflou os números e afirmou que o ato reuniu 400 mil pessoas. Um blefe.

A cada dia, aumenta para as forças progressistas a necessidade de combater o discurso pró-anistia dos golpistas do 8 de janeiro e seus líderes. Apesar do fiasco das expectativas, a presença da extrema direita nas ruas tem sido recorrente.

A esquerda brasileira enfrenta hoje um grande dilema: sofre um cerco nas redes sociais por parte da extrema direita e da mídia tradicional, enquanto lida com a carência de pautas capazes de mobilizar as ruas. A recente campanha contra a jornada de trabalho de escala 6x1 teve um impacto significativo no meio digital, impulsionando a coleta de assinaturas na Câmara dos Deputados.

Outra frente que se abre é a campanha pela isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a alíquota reduzida para rendas de até R\$ 7,5 mil. No entanto, garantir que a compensação desse benefício venha das altas rendas será uma batalha difícil no Parlamento. Apesar de numericamente reduzido, o “andar de cima” tem grande poder de pressão sobre a institucionalidade brasileira.

A tradição de combatividade do campo progressista tem sido constantemente testada. Desde as marchas de junho de 2013 e a razia da Lava Jato, as esquerdas perderam o monopólio das reivindicações. Recuperar esse ímpeto exigirá um esforço significativo para compreender as novas dinâmicas comunicacionais, especialmente entre a juventude.

É um cenário desafiador. Mas vale a pena! ■

Jair Bolsonaro reuniu 18,3 mil pessoas em Copacabana em ato pela anistia, segundo USP. Era esperado cerca de 500 mil pessoas.



Fernando Frazão/Agência Brasil

# Bolsonaro e Copacabana: entre o vitimismo e a luta pela sobrevivência política

A manifestação em Copacabana, convocada por Bolsonaro, teve uma participação abaixo do esperado e destacou a falta de apoio à sua agenda de anistia

Redação Focus Brasil

“Sem Anistia.” A frase estampada de maneira incisiva e clara na faixa de um dos prédios em Copacabana, Rio de Janeiro, foi um sinal evidente de que, para muitos, o ato convocado por Jair Bolsonaro (PL) neste domingo (16) não passava de mais um esforço falho para reviver uma pauta desconectada das preocupações do povo brasileiro.

O evento, promovido com o objetivo de angariar apoio para a

anistia dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, não apenas deixou claro o distanciamento entre o ex-presidente e as demandas da população, mas também evidenciou a fragilidade de sua atual base política.

O ato convocado por Bolsonaro em Copacabana tinha como centro a defesa da anistia para os envolvidos no golpe de 8 de janeiro, um episódio que ainda reverbera com grande repercussão no país. Porém, ao contrário do que tentaram passar seus organizadores, a anistia não é uma pauta das ruas, não é uma causa que pulsa no dia

a dia dos brasileiros. Pelo contrário, é uma demanda que soa como um eco distante, centrada principalmente em uma agenda pessoal e de um pequeno grupo político.

A busca por anistia para os envolvidos nos ataques às sedes dos Três Poderes é uma bandeira que interessa quase exclusivamente a Bolsonaro e aos seus aliados mais próximos. A questão, em si, não mobiliza a maioria da população, que tem outras preocupações, como a inflação, o desemprego, a segurança pública e a recuperação econômica. Portanto, o foco na anistia, ainda que uma causa





importante para o ex-presidente, não parecia ser uma preocupação legítima para a maioria dos manifestantes presentes no evento.

### Número de participantes x realidade

Quando o ex-presidente convocou a manifestação, as expectativas eram grandiosas. Bolsonaro, com a mesma retórica inflacionada de sempre, chegou a prever que um milhão de pessoas compareceriam ao evento em Copacabana. Um número altíssimo, mas que não se concretizou de forma alguma. De acordo com um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), o número de pessoas presentes no ato foi de apenas 18,3 mil, um número que representa pouco mais da metade do público que compareceu a outro evento convocado por Bolsonaro no mesmo local, em abril de 2024, quando o total de participantes foi estimado em 33 mil.

Esse número, embora bem abaixo das expectativas, não foi o único a gerar controvérsias. A Polícia Militar do Rio de Janeiro,

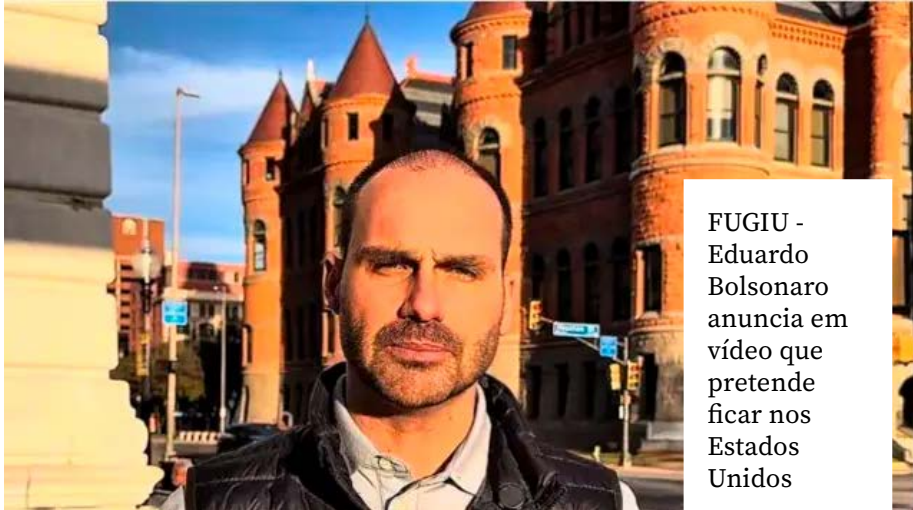
em uma nota oficial, divulgou uma estimativa de 400 mil pessoas presentes no evento. No entanto, a corporação não esclareceu se esse número se referia ao total de pessoas presentes ao longo de todo o dia ou ao número simultâneo, o que gerou um debate sobre a veracidade da contagem. Mesmo a PM, com sua estimativa otimista, ficou longe da previsão de Bolsonaro de um milhão de pessoas. Para se ter uma ideia do distanciamento entre as previsões e a realidade, o número estimado pela Polícia Militar representava apenas 40% do que os aliados de Bolsonaro haviam projetado.

A discrepância entre os números também foi observada nas estimativas feitas por outros órgãos. O Instituto Datafolha, por exemplo, estimou que cerca de 30 mil pessoas estiveram presentes no evento. Esse número é bem mais próximo da realidade observada pelos pesquisadores da USP, que utilizaram tecnologia de ponta para calcular a quantidade de pessoas com uma margem de erro de apenas 12%.

A contagem de público foi rea-

lizada por um método preciso de monitoramento aéreo. Pesquisadores da USP utilizaram drones equipados com câmeras de alta definição para capturar imagens da manifestação em diferentes horários do dia. Essas imagens foram então analisadas por um software de inteligência artificial, que localizou e contou as cabeças das pessoas na multidão. O sistema Point to Point Network (P2PNet), desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Chequião, na China, foi responsável por realizar a análise e estimar o número de participantes.

Este método, com uma precisão de 72,9% e uma acurácia de 69,5%, garantiu uma contagem precisa, mesmo em áreas densamente povoadas. As imagens aéreas foram tiradas durante quatro momentos do evento — às 10h, 10h40, 11h30 e 12h — e totalizaram 66 fotos analisadas, com seis delas selecionadas para representar o pico do evento. A contagem, portanto, não se baseou em suposições, mas em dados objetivos e verificáveis, algo que contrastou com as especulações feitas por



FUGIU - Eduardo Bolsonaro anuncia em vídeo que pretende ficar nos Estados Unidos

outros envolvidos na organização do ato.

## Aliados: apoio ou estratégia?

Embora o ato tenha sido anunciado como um protesto pela anistia, ele se transformou, em boa parte, em um evento de apoio político a Bolsonaro e aos seus aliados. Além do próprio ex-presidente, marcaram presença no evento figuras chave de sua base política, como os governadores Cláudio Castro (Rio de Janeiro), Tarcísio de Freitas (São Paulo), Jorginho Mello (Santa Catarina) e Mauro Mendes (Mato Grosso), além dos senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta, e o pastor Silas Malafaia, que foi um dos coordenadores do evento.

A presença dessas figuras de peso no ato gerou uma série de interpretações. Para muitos analistas políticos, o evento teve um caráter mais eleitoral do que propriamente uma manifestação em favor da anistia. A estratégia de mobilizar lideranças regionais visava, entre outras coisas, garantir que a base de Bolsonaro permanecesse unida, de olho nas eleições de 2026.

Em seu discurso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, demonstrou confiança no futuro de Bolsonaro, afirmando que tinha “fé” de que o ex-presidente seria candidato à presidência nas próximas eleições. Para Costa Neto, a insatisfação popular com a atual

situação econômica do país, especialmente com a alta nos preços dos combustíveis e alimentos, poderia pavimentar o caminho para o retorno de Bolsonaro ao poder.

## O futuro político de Bolsonaro

Durante o evento, Bolsonaro fez questão de demonstrar que ainda se via como um símbolo da resistência política. Usando um colete à prova de balas, o ex-presidente fez uma série de declarações com forte apelo emocional e vitimista. Ele criticou a perseguição política que, segundo ele, estava sendo travada contra seus apoiadores e a si mesmo. Para Bolsonaro, os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro eram “inocentes” e não mereciam as penas que haviam recebido.

Em suas palavras, Bolsonaro ainda sugeriu que as autoridades estavam usando os casos de seus apoiadores para justificar uma possível condenação a ele mesmo. “Se é 17 anos para as pessoas humildes, é para justificar 28 anos para mim”, declarou, mais uma vez tentando criar a narrativa de que ele era vítima de um sistema judicial injusto.

O evento também não deixou de ser uma tentativa de reaquecer o capital político de Bolsonaro. Apesar de já ter sido declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral até 2030, o ex-presidente ainda busca manter uma base fiel que possa ser crucial para os

próximos anos. O colunista Fabiano Lana, do Estadão, descreveu a manifestação como o “sepultamento” do ex-presidente, apontando que o evento foi uma tentativa de prolongar sua relevância política. Para Lana, o evento não era apenas sobre anistia, mas sobre um último esforço para manter Bolsonaro relevante nas eleições de 2026.

Embora o público do evento tenha sido pequeno e a pauta central — a anistia — tenha se mostrado alheia aos interesses da maioria da população, a estratégia de Bolsonaro e seus aliados não parecia ter se esgotado. A manifestação, mais uma vez, serviu como um lembrete de que, mesmo em um cenário político de desgaste e com a imagem do ex-presidente em declínio, ele ainda é capaz de movimentar uma parte significativa do cenário político brasileiro.

Ao final, o evento de Copacabana, com suas falas inflamadas e apelos políticos, demonstrou o quanto o ex-presidente ainda luta para recuperar sua influência. Entretanto, o fracasso em mobilizar o número esperado de participantes, a falta de conexão com as demandas reais da população e o foco em uma pauta restrita como a anistia para os envolvidos no 8 de janeiro indicam que o futuro político de Bolsonaro não está tão claro quanto seus aliados gostariam.

O julgamento dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro está próximo, e o ex-presidente, apesar de tentar manter a imagem de vítima e líder da resistência, parece estar cada vez mais distante do apoio popular. O público de Copacabana, portanto, não apenas refletiu o esvaziamento de um evento, mas também o esvaziamento de um líder político que, embora não tenha se rendido, talvez já tenha perdido o brilho nas ruas do Brasil. ■





Tânia Rêgo/Agência Brasil

# STF inicia julgamento contra Bolsonaro na próxima semana

Parecer do relator Alexandre de Moraes sobre acatar denúncia de tentativa de golpe está marcado para terça-feira (25)

Redação Focus Brasil

**A**pós a denúncia da Procuradoria Geral da União enviada à corte no mês passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete acusados de tentativa de golpe de Estado terão seus des-

tinios definidos a partir da próxima terça-feira, dia 25 de março.

Os dias 25 e 26 de março foram escolhidos pelo ministro Cristiano Zanin para que seja julgado no Supremo Tribunal Federal a decisão de acatar a denúncia de um esquema para burlar o resultado das eleições que definiram Lula como presidente do Brasil em 2022.

Segundo o rito do Supremo, no primeiro momento, na manhã do dia 25, a expectativa é ouvir as defesas dos oito denunciados; e na parte da tarde, o relator do caso, Alexandre de Moraes, deverá fazer a leitura de seu relatório e dar voto favorável ou contra o mérito da questão, definindo se a corte irá aceitar a denúncia. Na sessão do dia seguinte, haverá as



manifestações dos ministros da Primeira Turma: Cármen Lúcia, Luiz Fux, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Nesta quarta-feira (19), deve ocorrer o julgamento do recurso da defesa de Bolsonaro e Braga Netto, que pede que Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin sejam impedidos de atuarem no caso com a alegação de que não haveria idoneidade por parte dos integrantes da corte por questões políticas. A análise do caso será feita em sessão virtual, com previsão de início às 11 horas.

Com o voto favorável dos magistrados, os oito denunciados se tornarão réus. São eles: Alexandre Ramagem, ex-diretor-geral da Abin; Almir Garnier; ex-comandante da Marinha do Brasil; Anderson Torres; ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Augusto Heleno; ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Mauro Cid; tenente-coronel do Exército e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; e Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil.

Dentre as penas estabelecidas pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, estão: abolição violenta do Estado democrático de Direito – 4 a 8 anos de prisão; golpe de Estado (4 a 12 anos de prisão); integrar organização criminosa com arma de fogo (3 a 17 anos de prisão); dano qualificado contra o patrimônio da União (6 meses a 3 anos); e deterioração de patrimônio tombado (1 a 3 anos).

Após a etapa da semana que vem, Alexandre de Moraes pode pedir novos depoimentos dos acusados e ainda enviar alguns réus para a primeira instância. No total, de acordo com a denúncia da PGR, a tentativa de golpe foi planejada por um grupo de 24 militares e 10 civis. ■

# Ataques de Bolsonaro ao STF e Alexandre de Moraes

**D**esde o início de seu governo (2020-2023), Jair Bolsonaro (PL) promoveu ataques sistemáticos ao Supremo

ruptura institucional.

Outros ministros do STF, como Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, também foram alvos frequentes de ataques do ex-presidente, que os acusava de conspiração contra seu governo.

No entanto, Moraes se tornou o principal inimigo do bolsonarismo por presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e conduzir inquéritos cruciais, como os das fake news e das milícias digitais.

A rejeição do pedido de afastamento de Moraes pelo STF reforça a tese de que os ataques de Bolsonaro e seus aliados tinham como alvo a instituição e não apenas indivíduos. Além disso, especialistas apontam que essa estratégia pode ter o objetivo de des-

qualificar as decisões da corte e inflamar seus apoiadores, possivelmente abrindo caminho para recursos em tribunais internacionais. ■

Tribunal Federal (STF) e, especialmente, ao ministro Alexandre de Moraes. As investidas incluíram ameaças diretas, discursos contra a corte e incentivos a manifestações que pediam o fechamento do tribunal.

Entre os episódios mais graves, Bolsonaro articulou a chamada “minuta do golpe”, que previa a prisão de Moraes e a anulação da eleição de 2022. Além disso, investigações da Polícia Federal revelaram que o grupo bolsonarista monitorou o ministro durante o planejamento de uma possível

**Bolsonaro articulou a prisão de Moraes e tentou anular as eleições de 2022, enquanto incentivava ataques sistemáticos ao STF**

# “Aquilo que não aconteceu após o fim da ditadura militar, precisa acontecer agora, para ser um exemplo para todos”

Humberto Costa fala sobre sua nomeação interina à presidência do PT e compartilha suas prioridades para o partido, incluindo isenção de impostos e redução da jornada de trabalho

Fernanda Otero

**P**rimero nordestino a ocupar a presidência do Partido dos Trabalhadores, o senador Humberto Costa fala sobre o significado de sua nomeação e a importância do Nordeste para o PT. Em entrevista, ele destaca suas prioridades, como a unificação das eleições internas, a isenção do Imposto de Renda para rendas de até R\$ 5 mil e a redução da jornada de trabalho. Também comenta suas expectativas sobre o julgamento da tentativa de golpe de Estado.

Assumindo o comando do partido em um momento estratégico, Humberto Costa ressalta o papel do Nordeste nas vitórias do PT: “O

Nordeste tem sido, em várias eleições, a região onde conseguimos nossos melhores índices, onde governamos quatro estados e promovemos grandes mudanças”.

Com uma trajetória política consolidada e compromisso histórico com as pautas sociais, ele encara a missão com “alegria e honra”, mas sem planos de disputar a presidência do partido. “Minha disponibilidade é apenas para este mandato-tampão. Tenho várias outras atividades, incluindo a vice-presidência do Senado”, explica.

No comando do PT, pretende fortalecer a relação com o governo Lula: “Nossa principal preocupação será viabilizar o diálogo e garantir o apoio do partido às po-

líticas do governo”.

Médico e jornalista, Humberto Costa tem longa carreira política. Foi ministro da Saúde no primeiro governo Lula (2003-2005), deputado estadual, federal e vereador do Recife, onde teve votação recorde em 2000. Em 2010, foi eleito o primeiro senador do PT em Pernambuco, sendo reeleito em 2018. Em 2025, tornou-se segundo vice-presidente do Senado Federal.

A seguir, a entrevista com o presidente interino do PT à Focus Brasil:

**- Como foi o processo de sua escolha? Como você recebeu a indicação?**

- Na verdade, o processo de escolha decorreu da indicação, para





a alegria de todos nós do Partido dos Trabalhadores, da nossa ex-presidente, Gleisi Hoffmann, para a composição do Ministério do Presidente Lula, no Ministério da Secretaria de Relações Institucionais. O processo dessa nomeação exigiria que ela não tivesse vínculos com a Direção Nacional do Partido, particularmente com a sua executiva, e mais particularmente ainda com o exercício da presidência. Pela decorrência estatutária, nós teríamos que escolher entre os vice-presidentes da legenda, aquele que pudesse ter a responsabilidade de levar o partido até a eleição de um novo diretor nacional e um novo presidente, que vai acontecer no mês de julho. Eu aceitei a indicação e o

compromisso de ficar à frente do partido até a realização do PED. Posteriormente, nós teremos uma nova gestão do PT. Eu fiquei extremamente feliz, mesmo que por um período curto de exercício da presidência, com a responsabilidade de dirigir esse que é o maior partido do Brasil, que é o maior partido da América Latina e, sem dúvida, um dos maiores partidos de esquerda do mundo, estou fazendo isso com muita honra, sabendo das dificuldades, dos problemas, mas fazendo também com muita alegria e muita honra.

**- Qual é a importância para o partido de ter um presidente nordestino?**

- Olha, a alegria foi muito gran-

de, quer dizer, o reconhecimento de que o Nordeste tem, hoje, uma importância muito grande dentro do nosso partido. O PT já é, há algum tempo, um partido nacional com distribuição e presença forte no Brasil inteiro, mas, além disso, o Nordeste tem sido, em várias eleições, aquela região onde nós conseguimos os nossos melhores índices de votação, onde estão situados os nossos quatro governos estaduais e onde nós estamos fazendo grandes mudanças, seja por intermédio desses governos de estado, mas, principalmente, por intermédio do governo federal. Então, é um motivo de alegria para mim, e acredito que é um motivo de alegria para todos os integrantes do PT, que são do Nor-

deste. O outro nome que estava sendo cogitado era do nosso líder do governo, José Guimarães, que também é do Nordeste. Portanto, eu vejo como um reconhecimento do PT a tudo que o PT da região Nordeste tem feito ao longo desses anos e da forma como tem contribuído para esse nosso projeto nacional se tornar viável.

**- Existe alguma pauta prioritária na qual o partido vai atuar e como será feita essa atuação?**

- Bem, a grande tarefa desse meu período de presidência do PT será construir um processo de eleição direta bastante legítimo e, ao mesmo tempo, bastante unificado. E essa é uma tarefa muito grande, porque todos sabem que o PT é um partido plural, é um partido que tem inúmeras correntes políticas e ideológicas também, é um partido que nas suas disputas internas sempre o faz de uma maneira muito firme, por isso é uma responsabilidade muito grande, especialmente por que estamos a um ano das eleições presidenciais, tentaremos levar esse processo a uma situação em que o partido possa sair unificado. Obviamente que nós vamos ter teses diferentes, vamos ter candidaturas diferentes, chapas diferentes para os diretórios estaduais, municipais e para o diretório nacional, mas a nossa perspectiva é que, quando o partido tomar suas posições, todo o conjunto partidário esteja unido para viabilizar essas posições, essas deliberações que vamos ter.

Nós precisamos fazer um PED que seja resultado de uma grande mobilização interna, precisamos fazer desse PED um momento em que os nossos militantes e filiados participem ativamente dos debates, das discussões e do próprio processo de votação, que seja também uma espécie de “esquentar” para a eleição do ano que vem, para que a nossa militância esteja

preparada para a grande disputa que vai acontecer em 2026.

Em segundo lugar, são aquelas ações do ponto de vista político. E, politicamente, vejo duas grandes bandeiras que devem ser hasteadas agora, e que são, no meu ponto de vista, sendo uma: a proposta que trata da desoneração do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Esta semana, o presidente Lula deverá apresentar o teor da proposta que será encaminhada ao Congresso

**“A grande tarefa desse meu período de presidência do PT será construir um processo de eleição direta bastante legítimo”**

com esse objetivo. Essa proposta é muito importante porque ela atingirá boa parte da classe média do nosso país, atendendo às classes trabalhadoras também e, ao mesmo tempo, a exigência para que possamos fazer essa desoneração, é que nós venhamos a definir uma fonte a partir da qual esses recursos vão ser gerados. E a proposta que nós vamos apresentar, com certeza, será a de fazer com que os mais ricos, as pessoas mais abastadas, aqueles que

não pagam imposto de renda no Brasil, venham a fazê-lo, gerando uma ampliação da contribuição do imposto de renda daqueles que ganham mais.

E, finalmente, a outra proposta que é a redução da escala de trabalho, o fim dessa escala de seis dias de trabalho por um de descanso, uma redução dessa jornada sem redução salarial. Isso é, inclusive, uma maneira de dar mais qualidade de vida aos trabalhadores e às trabalhadoras formais que poderão dedicar mais tempo às suas famílias, ao estudo ou até mesmo para a realização de alguma atividade remunerada esporádica. Então, creio que essas duas bandeiras, com amplo poder de mobilização, terão sim uma participação muito ativa do PT dentro e fora do parlamento para viabilizá-las.

**- O senhor acha que encontraremos dificuldade para aprovar o imposto sobre os mais ricos para compensar a isenção de R\$ 5 mil?**

- Sim, eu acredito que sim, pois, obviamente, uma boa parcela do parlamento e as elites desse país não querem contribuir para que possamos não somente ter uma melhoria da condição de vida de uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, mas também contribuir para que políticas públicas importantes continuem a ser implementadas sem qualquer risco de interrupção, por isso, eu entendo que teremos dificuldade. Agora, eu acredito também que se nós nos mobilizarmos, se nós formos para as ruas, se organizarmos com os movimentos sociais uma grande mobilização, isso irá influenciar também dentro do Congresso Nacional e vai nos ajudar a aprovar essa matéria que é absolutamente justa.

**- O senhor já ocupou vários**





**cargos do Executivo, no Legislativo, tem muita experiência. Como o senhor imagina a relação entre o presidente do partido e o governo? Existe alguma interlocução e troca? Como a sua presidência pretende contribuir no período que o senhor estiver ocupando o cargo?**

- Bem, é preciso que realmente haja um espaço de diálogo, de conversa, não só com o presidente da República, mas com boa parte dos ministros do governo. Eu tenho uma relação de muitos anos, não só com o presidente Lula, mas com boa parte dos integrantes desse governo. Todos nós sabemos que aquele que assumir definitivamente a presidência do PT também precisará ter esse entendimento, esse espaço de negociação, e eu pretendo utilizá-lo no sentido de fortalecer o nosso partido. Eu entendo que o partido tem um papel muito importante a cumprir em relação ao governo. Obviamente que o partido não é uma estrutura subalterna, sub-

**“Tenho uma relação de muitos anos, não só com o presidente Lula, mas com boa parte dos integrantes desse governo”**

missa aos interesses do governo, o PT pode ter posições independentes em relação a alguns assuntos ou até a muitos assuntos em tor-

no dos quais o governo tenha um determinado posicionamento, mas obviamente que nós somos o partido do governo. O presidente Lula é o nosso mais ilustre filiado e, como tal, nós entendemos que esse governo é um governo nosso também e, portanto, a nossa principal preocupação, a nossa principal ação será no sentido de viabilizar esse diálogo e viabilizar esse apoio do partido às políticas do governo, inclusive a política econômica que têm sido implementada e que tem sido bastante exitosa para o nosso país.

**- O senhor pretende se candidatar?**

- Não, na verdade, quando eu fiz o acordo para ser presidente interino, eu coloquei que a minha disponibilidade, minha disposição era só para esse mandato tampão, porque eu tenho várias outras atividades, entre elas a de ser vice-presidente do Senado, tenho a disputa eleitoral do ano que vem quando serei candidato à

reeleição, e não tinha como exercer essa função, portanto, não sou candidato.

**- Está agora em discussão no Senado o projeto de reforma do Código Eleitoral e o atual presidente da CCJ teria dito “que precisamos acabar com a eleição a cada dois anos, isso é um desassossego para prefeitos e governadores, termina uma eleição e começa a outra”. Como você vê essa questão das eleições de 2026, em especial para o Senado, que se transformou em um grande espaço de disputa de poder entre o bolsonarismo e o campo progressista?**

- Eu acredito que, em relação a mudanças mais profundas no sistema eleitoral, nós temos algumas limitações para fazê-lo nesse espaço de tempo. Aliás, a existência de eleições a cada dois anos dificulta que nós possamos fazer mudanças na legislação eleitoral e, portanto, eu tenho uma certa dúvida se conseguiremos fazer mudanças profundas, mas obviamente também nós temos aí já há algum tempo em discussão no Congresso Nacional, no Senado, mais especificamente, um conjunto de mudanças na legislação eleitoral e algumas delas podem realmente vingar. Vai depender muito de como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o Senado lidar com essa questão. Condições há, tempo há para mudanças que talvez não sejam tão profundas, mas para mudanças profundas eu acredito que será necessário ter mais tempo, mais aprofundamento nessa questão.

**- O Senado já aprovou requerimentos para receber 16 ministros nas Comissões. O primeiro deles parece ser o ministro Alexandre Padilha, que acabou de assumir o Ministério da Saúde. O senhor pretende acompanhar essas agendas?**

- Sim, na medida do possível, sim, porque além de ser presidente do partido, eu sou também senador, sou integrante de várias comissões relevantes, entre elas a Comissão de Assuntos Sociais, entre elas, onde o tema saúde entra em discussão, com certeza vou acompanhar essa audiência pública, como acompanharei outras audiências públicas, também com a presença de ministros do governo Lula. E esse comparecimento é sempre algo muito im-

## **“A existência de eleições a cada dois anos dificulta que nós possamos fazer mudanças na legislação eleitoral”**

portante, porque o papel do parlamento é exatamente fiscalizar as ações do Poder Executivo, acompanhar o que está sendo feito, o que está sendo implementado, além de produzir novas leis, não é? E, portanto, isso é uma coisa crucial como função, como papel do parlamento, apresentar ideias, sugestões a esses ministros que lá compareceram, e, portanto, eu vejo como uma coisa normal da independência entre os poderes e creio que deve continuar sendo assim.

**- Com relação aos atos que aconteceram no domingo, 16, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em especial o ato da Paulista, foi convocado para alavancar um possível fora Lula, diante de um quadro de baixa popularidade do presidente, porém, o ato de São Paulo foi um fracasso, e no Rio, teve esse ato pela anistia, dois eventos com temas diferentes. Qual é a sua avaliação sobre os atos?**

- Bem, eu acompanhei esses atos e acho que eles não atingiram a expectativa que a extrema-direita tinha de fazer grandes mobilizações e, com isso, tentar pressionar o Supremo Tribunal Federal contra um eventual julgamento do presidente Bolsonaro e de vários daqueles que eram os cabeças da tentativa de golpe de Estado que aconteceu em 2022 para 2023, e eu acho que esse objetivo foi frustrado, na minha opinião. Isso não quer dizer que a extrema-direita tenha perdido força no Brasil, mas evidencia que ela não tem mais aquele mesmo fervor pelo ex-presidente Bolsonaro. Acho que uma parcela significativa das pessoas que acompanham o bolsonarismo têm consciência de que Bolsonaro e aqueles líderes militares que o acompanhavam nessa tentativa de golpe têm responsabilidade. Creio que a índole da população brasileira e seu posicionamento político é pela manutenção e pela preservação da democracia e, portanto, esse é um tema que eu acredito que imobilize pouco a população que, de alguma forma, presta apoio ao ex-presidente Bolsonaro. Quanto ao ato pedindo o Fora Lula, eu acho que a população brasileira tem a mesma noção que nós temos. Nós vivemos um momento de dificuldade, isso é uma fotografia de um momento específico, não quer dizer que nós não venhamos a superar essa perda temporária de



apoio ao nosso governo, nem significa que pela população considerar que há problemas no governo, ter uma avaliação crítica, de que esse governo deva ser derrubado. Eu acho que é uma posição profundamente equivocada, tem um componente golpista também muito forte e eu vejo que o Brasil, no dia de hoje, respondeu, seja porque houve também uma grande mobilização nas redes sociais dos que são contra essa amnistia e dos que apoiam o governo Lula, seja porque a ausência de muita gente nesses atos é uma demonstração cabal de que não há apoio suficiente para essas medidas poderem prosperar.

**- Senador, sobre os filiados no exterior que esse ano participarão do PED, na minha compreensão, é a primeira vez que teremos a participação e votação no PED. Já estão previstos debates entre os candidatos, mas o senhor planeja, imagina, fazer alguma ação específica para esse grupo? Como é que você vê a inclusão dos filiados no exterior no PED?**

- Eu acho muito importante, principalmente porque os filiados do PT no exterior têm tido uma capacidade de mobilização importante. Lembro-me claramente durante o processo da luta pela libertação do presidente Lula, quando tive a oportunidade de viajar várias vezes a outros países para participar dessa campanha do Lula Livre, conversar com instituições internacionais sobre essa bandeira, sobre a perseguição que se travava naquele momento contra o presidente Lula e também nas eleições nacionais, quando elas acontecem, tem sido muito importante a mobilização dos nossos filiados no exterior, angariando votos, fazendo manifestações e, como tal, esse reconhecimento de eles poderem votar na eleição das nossas novas direções é uma coisa perfeitamente justa.

Essas pessoas poderão participar, obviamente, dos debates, das discussões que serão feitas, porque todas elas serão abertas aos filiados, algumas delas abertas à população de um modo geral e nós vamos reforçar que isso seja feito de uma maneira tal que possa beneficiar os que queiram acompanhar do exterior, seja apresentando esses debates em mais de um momento nas nossas redes sociais, nas redes sociais do Partido, da Fundação, enfim, seja tam-

**“Nós vivemos um momento de dificuldade, isso é uma fotografia de um momento específico”**

bém permitindo a interação desses segmentos com o PT, com os debatedores nessas ocasiões. Vejo com muito bons olhos que estejamos fazendo isso e que isso seja uma coisa, inclusive, pioneira em relação aos demais partidos que existem no Brasil.

**- Agora, no dia 25, vai começar, finalmente, o julgamento na Primeira Turma do Supremo da denúncia da PGR sobre a tentativa de golpe. Qual é a sua expectativa sobre esse evento que**

**está sendo muito aguardado por todos nós?**

- A minha expectativa é de que haverá um julgamento, sim, eu acredito que o Supremo, dada a robustez das provas que existem, resultado de uma investigação mais pormenorizada, muito rica, muito séria, por parte da Polícia Federal, ao mesmo tempo também em que a Procuradoria-Geral da República foi muito meticulosa na análise desse material que foi resultado desses inquéritos, e a denúncia é uma peça muito bem acabada, de modo que eu acho que o Supremo vai aceitar essa denúncia, vai tornar a maior parte daquelas pessoas ré neste processo que nós vamos ter dali para frente, e os processos serão instaurados. Acredito que haverá um julgamento com amplo direito e defesa, o Supremo vai ser justo nesse seu posicionamento, e acredito que se forem levadas em consideração, com máximo rigor, as provas que foram obtidas nesse processo, eu tenho certeza, tenho convicção de que haverá uma condenação àqueles que tentaram aplicar um golpe de Estado no nosso país. E é importante que haja a condenação para aqueles que forem merecedores de uma pena, para que nós possamos desestimular no futuro, breve ou mais para frente, qualquer tipo de tentativa de golpe novamente. Ou seja, aquilo que não aconteceu após o fim da ditadura militar, precisa acontecer agora, para ser um exemplo para todos aqueles que em algum momento pretendam atentar contra a Constituição brasileira, contra a liberdade e contra a democracia. Daí porque acho que esse julgamento vai galvanizar a opinião pública do Brasil, vai levar a um amplo debate na sociedade, e acredito que, ao final, o Supremo fará justiça ao povo brasileiro que não aceita conviver mais com a ideia de uma ditadura no Brasil. ■





Arte/Reprodução Plauti

# Descontaminando o debate econômico



# Em artigo publicado originalmente na Folha de S. Paulo, o economista Guilherme Mello afirma: “é absurdo afirmar que o Ministério da Fazenda mina o sistema de metas de inflação; transfere-se um debate sério para o campo da desinformação”

Guilherme Mello

**E**m artigos recentes na Folha, o colunista Marcos Mendes tem ignorado os numerosos resultados econômicos positivos dos últimos dois anos, como o crescimento acima das expectativas, o desemprego na mínima histórica e a inflação praticamente estável. A intenção do articulista, ao que parece, é construir uma narrativa em que a atual política econômica estaria promovendo a deterioração das contas públicas e o “desmonte do Plano Real”.

Em texto publicado em 21 de fevereiro, Mendes se vale da declaração do ministro Fernando Haddad, proferida em evento do FMI, de que uma “inflação entre 4% e 5% é algo relativamente normal para o Brasil desde o Plano Real” para concluir absurdamente que “o Ministério da Fazenda mina o sistema de metas de inflação”.

Vamos aos fatos: nos 26 anos de vigência do regime de metas de inflação, em 17 anos o IPCA terminou o ano acima de 5%; em seis anos, entre 4% e 5%; e apenas em três anos ficou abaixo de 4%. Falando para uma audiência internacional, em grande parte desconhecidora da realidade brasileira, o ministro utilizou dados

e informações fidedignos e públicos. A partir do momento em que a afirmação de um fato comprovado se torna arma retórica contra o orador, atribuindo-lhe segundas intenções sem nenhum fundamento, estamos transferindo um debate sério para o campo da desinformação.

Algo similar se pode dizer das recentes colunas de Mendes acerca do resultado fiscal de 2024. Em seus textos, ele lançou mão de critérios “ad hoc” e desprovidos de amparo técnico para argumentar que o resultado primário recorrente (ou “déficit real”, como nomeia) de 2024 teria sido muito superior ao resultado oficialmente anunciado. Em apenas duas colunas, o economista Felipe Salto demonstrou cabalmente a forma “exótica” com que Mendes constrói seus argumentos, fazendo classificações sem critérios uniformes e confundindo conceitos básicos de Orçamento, como gasto primário e financeiro.

Essa confusão conceitual, no mínimo curiosa para alguém que se proclama especialista em finanças públicas, motivou nota pública do Ministério da Fazenda, em uma tentativa da pasta de corrigir as impropriedades de matérias baseadas nas análises de Mendes sobre os chamados “gastos para-fiscais”.

Para fins de transparência, o colunista poderia lembrar a seus

leitores de que atuou por quase três anos como assessor especial do Ministério da Fazenda no governo Michel Temer (2016-18). Nesse período (já excetuando 2016), o gasto primário do governo central alcançou seu maior nível da série histórica (excetuando 2020, ano da Covid), mantendo um patamar médio próximo a 19,4% do PIB. O resultado primário do governo central apresentou um déficit médio de 1,7% e o resultado primário estrutural da União foi crescentemente deficitário, como aponta recente estudo da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda em parceria com consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os resultados fiscais ruins obtidos na gestão de Mendes são o avesso dos verificados na atual gestão fiscal. No segundo ano de governo, já é possível verificar a redução do gasto primário em proporção do PIB para 18,7%, a quase eliminação do déficit primário e a significativa melhoria do resultado fiscal estrutural.

Também seria importante lembrar aos leitores de que foi na gestão e sob a responsabilidade de Mendes e equipe que o STF julgou a “tese do século”, decisão com um impacto de aproximadamente R\$ 1 trilhão, o que gera até os dias atuais uma perda de 1% do PIB ao ano na arrecadação bruta da União.

O debate público é o principal locus do esclarecimento em uma sociedade democrática. Equívocos podem ser cometidos, desde que reconhecidos e devidamente corrigidos. Por outro lado, quando a arena pública é contaminada por ideologias e utilizada para distorcer dados, conceitos e declarações, estamos às voltas com o universo das fake news, por mais que possuam uma aparência técnica elaborada. ■

Secretário de Política Econômica  
do Ministério da Fazenda

# Brasil deve escapar da armadilha da baixa e média tecnologia

Inovação abrange setores que até competem com técnicas modernas, mas sem a mesma intensidade e potencial dos segmentos de alto desempenho

Glauco Arbix

O declínio da indústria brasileira extrapolou a economia e tornou-se uma questão social e política crítica.

Diante de um novo ambiente internacional, em que as grandes economias se preparam para se defender das políticas predatórias de nações mais avançadas, a fragilidade da economia, em especial de sua capacidade de inovação, transformou-se em um obstáculo para a melhoria dos salários e a geração de empregos decentes e mais qualificados. Uma trava real para a redução das desigualdades sociais.

Embora o país tenha conseguido criar empresas globalmente competitivas e incentivar um número crescente de startups de tecnologia, o aumento do nível e da qualidade da inovação continua sendo o maior desafio para a elevação da produtividade.

Não é segredo que o financiamento é caro, que o ambiente regulatório nem sempre é amigável e que a tributação e a infraestrutura amarram o país. O BNDES, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e os planejadores públicos conhecem muito bem esses obstáculos, que já estavam presentes na PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 2004), na Política de Desenvolvimento Produtivo (2008), no Plano Brasil Maior (2011) e no Inova Empresa (2013). Essas políticas industriais estimularam a inovação, mas não

conseguiram alterar o padrão de baixo desempenho que marca a economia. Atualmente, a Nova Indústria Brasil (NIB), por maior que seja sua importância, tampouco será suficiente para dar o salto que a economia precisa.

Isso porque a inovação brasileira está concentrada em setores não tecnológicos ou de baixo nível tecnológico, que competem muitas vezes até mesmo com técnicas modernas, mas sem a mesma intensidade e sem oferecer o mesmo potencial de crescimento que os segmentos de alto desempenho, que geram tecnologias e impulsionam o novo ciclo tecnológico que sacode o planeta. Esse novo ciclo tem no seu coração o digital, a começar pela inteligência artificial, em que o Brasil revela enorme atraso. A economia não elevará seu patamar de eficiência, sofisticação e competitividade apenas com a intensificação de políticas que se mostram necessárias mas oferecem repetidamente mais, embora do mesmo.

Os tímidos indicadores de digitalização, o volume muito abaixo da média mundial de robôs industriais, o enorme atraso em semicondutores, para não falar das patentes, tornam flagrante a fragilidade endêmica da nossa economia, que tende a se manter em um padrão intermediário, incapaz de gerar crescimento constante, limpo e sustentável para competir internacionalmente e atender necessidades básicas da população.

Nossa especialização em produtos de menor valor agregado e em commodities, que caracteriza a economia há décadas, prendeu o país em uma armadilha da baixa e média capacidade tecnológica, que somente será rompida com políti-

cas focalizadas, intensivas em investimento e conhecimento. Para escapar dessa armadilha, o país precisa de mudanças transformadoras conduzidas por um corpo especializado, uma Agência de Projetos de Tecnologias Avançadas para atuar como um catalisador para inovações de ruptura.

No mundo em que vivemos, é preciso ousar além da lógica tradicional de fomento à inovação. As abordagens recorrentes de política industrial, ainda que possam ajudar, não conseguirão reduzir o déficit tecnológico atual se uma parcela do investimento disponível não se concentrar em poucos projetos de vulto. Desde o Proálcool o Brasil implementa políticas que atendem empresas, universidades e pesquisadores, mas não resolvem projetos de interesse nacional efetivamente transformadores.

Uma proposta de criação de uma Iniciativa de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto nasceu no Conselho (CDESS) no início de 2023 e foi aprovada pelo presidente da República em 2024. Embora ainda não tenha se tornado realidade, esse programa pode apresentar resultados no médio prazo e alavancar a criação de uma agência de inovação de alto desempenho, que reúna pessoal qualificado do BNDES, da Finep, da Embrapii, ABDI e Embrapa.

O Brasil tem competência para dar esse salto e responder a um mundo em que as tecnologias mais avançadas tendem a ficar confinadas em seus países de origem. ■

Professor titular do Departamento de Sociologia da USP, é pesquisador do Centro de Inteligência Artificial (USP/Fapesp/IBM); ex-presidente do Ipea e da Finep





## Com projetos na Câmara e potencial nas ruas, fim da escala 6x1 é citada como prioridade do PT no próximo período

Redução da jornada de trabalho tem projetos em tramitação, abaixo-assinado e menções positivas nas redes sociais

Claudia Rocha

**E**m entrevista à Focus Brasil nesta edição, o senador Humberto Costa (PE), atual presidente do Partido dos Trabalhadores, reforçou que o fim da escala 6x1 é uma bandeira “com amplo poder de mobilização”, que deve receber atenção “dentro e fora do parlamento” para que seja viabilizada. Costa assumiu a presidência do partido após a recente saída de Gleisi Hoffmann, atual ministra das Relações Institucionais do governo Lula 3.

A perspectiva de atuação na pauta já havia sido mencionada durante a coletiva de imprensa do presidente do PT ao assumir seu mandato interino, que tem duração até a realização do PED, o processo de eleição direta do partido, em julho deste ano.

Na ocasião, Costa destacou que

o tema, junto com a isenção do imposto de renda para quem ganha menos de R\$ 5 mil, pode movimentar a pauta dos movimentos sociais e da sociedade como um todo no próximo período.

### O que está em tramitação

Na Câmara dos Deputados, foi protocolada, em 25 de fevereiro, uma Proposta de Emenda à Constituição de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP). A PEC não só visa acabar com a possibilidade de uma jornada laboral com apenas um único dia de folga, mas propõe também estabelecer uma jornada que não ultrapasse 36 horas semanais, frente às atuais 44 horas estabelecidas por lei. Isso significa a possibilidade de uma carga horária de quatro dias de trabalho e três de folga.

“É uma das matérias mais modernas e com grande impacto na economia do Brasil. Não é uma questão partidária, mas diz res-

peito à vida dos brasileiros. Queremos que este tema unifique a Casa”, defendeu o líder do governo José Guimarães (PT-CE) durante a apresentação da PEC.

Com o apoio de 171 parlamentares, o texto ainda precisa passar pela CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, em uma avaliação para averiguar se a proposta não fere a Constituição e atende os requisitos jurídicos necessários. Após essa primeira etapa, o mérito do projeto começa a ser debatido em uma Comissão Especial que geralmente organiza audiências públicas e debates com especialistas no assunto em questão.

No Plenário da Câmara, são necessários 308 votos favoráveis, em cada um dos dois turnos de votação. No Senado, o processo é semelhante e são necessários 49 votos, também em dois turnos.

Apesar do barulho que a PEC apresentada por Hilton fez, o tema da redução da jornada não é novo no legislativo. A questão

# Teste da jornada de quatro dias no Brasil mostra aumento de produtividade e engajamento, mas ainda enfrenta desafios, como na área da saúde

foi levantada outras duas vezes. A primeira por meio de uma PEC do deputado petista, de Minas Gerais, Reginaldo Lopes, em 2019.

A proposta de Lopes aponta “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 36 semanais, sendo facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”. A principal diferença entre a proposta do petista em relação à PEC mais recente é que a previsão de transição é mais gradual, com a implementação das novas regras em um período de dez anos.

Há também um PL, Projeto de Lei, deste ano, de autoria da deputada Daiana Santos (PCdoB-RS). O projeto propõe limite de 40 horas semanais de expediente e “ao menos dois dias semanais de repouso remunerado”. Segundo a parlamentar, o texto foi construído em parceria com os comerciários, com a perspectiva de seis meses de adaptação às novas regras.

“Fazendo a alteração na CLT, a gente poderia garantir que os trabalhadores tivessem essas duas folgas, sendo que elas podem inclusive ser consecutivas e que uma necessariamente deva ser um domingo no mês, para que a gente possa garantir um final de semana para o trabalhador”, explica Santos.

Apesar do entendimento positivo de diferentes organizações de trabalhadores, a Fecomércio-SP, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado de São Paulo, emitiu opinião contrária às movimentações. Para a entidade, reduzir a jornada dos seus funcionários sem uma redução salarial proporcional não é viável para a maior parte dos empregadores das empresas de médio e pequeno porte.

## Movimento Vida Além do Trabalho

Balconista de farmácia, eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, Rick Azevedo é o rosto público de um movimento conhecido como VAT, “Vida Além do Trabalho”. Ele ficou conhecido no Tik Tok em 2023 ao compartilhar sua rotina extenuante. As redes sociais, inclusive, foram fundamentais para que a pauta fosse difundida nacionalmente.

Em novembro do ano passado, quando o assunto explodiu nas redes, as publicações relacionadas ao fim da escala 6x1 ultrapassaram as 240 mil apenas na plataforma X em um único final de semana, além do termo ter sido um dos mais buscados, segundo o Google Trends. Um levantamento realizado pela Nexus Pesquisa e Inteligência de Dados mapeou cinco redes sociais (Instagram, Facebook, Tik Tok, X e LinkedIn) e apontou que 67% das menções eram favoráveis às mudanças na jornada.

Com uma postura propositiva, o discurso de Ricardo Azevedo não é nada brando. “Quero saber quando é que nós, da classe tra-

balhadora, iremos fazer uma revolução nesse país relacionada à escala 6x1. É uma escravidão moderna. Se a gente não se revoltar, colocar a boca no mundo, meter o pé na porta, as coisas não vão mudar”, diz o ativista em um dos vídeos que viralizaram.

A parceria de Rick Azevedo com a deputada federal Erika Hilton resultou, anterior à PEC, em um abaixo-assinado com mais de três milhões de assinaturas. “Trabalhar seis dias seguidos para folgar um, para então começar mais uma semana de seis dias de trabalho não é vida. É uma exploração incompatível com a dignidade humana, mas permitida na nossa Lei. Não dá para viver só um sétimo da própria vida, não existimos apenas para trabalhar. Nossa Lei precisa mudar”, afirmou Hilton.

## Escala 4x3

Já implantada em alguns países, a semana de quatro dias começou a ser testada no Brasil em 2024. Em um projeto-piloto, 19 empresas utilizaram a escala. O resultado do experimento foi bastante positivo, apesar da necessidade de ajustes em alguns setores, como por exemplo, na área da saúde, onde ficou demonstrada a necessidade de contratação de mais profissionais.

Trabalhando um dia a menos, a produtividade cresceu em 71,5% dos casos, houve aumento no nível de engajamento em 60,3% e elevação do comprometimento em 65,5% das empresas.

Segundo dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros convivem com a síndrome de burnout, uma condição ocupacional classificada pela Organização Mundial da Saúde, a OMS, como um distúrbio psíquico de caráter depressivo, que ocorre após o esgotamento físico e mental. O Brasil ocupa a segunda posição em diagnósticos da síndrome, em primeiro lugar está o Japão. ■





O tempo no Rio: céu parcialmente nublado e nublado, sujeito a pancadas de chuva. Temperatura ostável. A máxima de ontem foi de 36,7 graus, em Bangú a mínima, 23, no Alto da Boa Vista. Página 30

# O GLOBO

## Imperativo moral

As profundas mudanças na administração federal instituem uma mentalidade de severa austeridade — e mostram um caminho a seguir aos demais Federais e níveis de governo do País. Editorial, página 4

Vice-Presidentes:  
ROGÉRIO MARINHO JOÃO ROBERTO MARINHO

Fundador: IRINEU MARINHO Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO  
ANO LXV — RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 17 DE MARÇO DE 1990 — Nº 20.569

Director-Secretário: RICARDO MARINHO Director de Redação: EVANDRO CARLOS DE ANDRADE

# Collor bloqueia o dinheiro



Foto de Sérgio Moraes

No plano econômico mais radical já decretado no País, considerado duro demais até pelo ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, o Plano Collor determina que o dinheiro em contas correntes ou cadernetas de poupança só pode ser sacado até o limite de NCZ\$ 50 mil. O restante ficará retido no Banco Central durante 18 meses, rendendo correção monetária e 6% de juros ao ano, e depois deste prazo só poderá ser sacado em 12 parcelas mensais. No caso de **overnight**, contas remuneradas e fundos de curto prazo, o saque é de até NCZ\$ 25 mil ou 20% do saldo (o que for maior), e sobre o valor sacado serão pagos 8% de tributação. As empresas também só poderão utilizar 20% de suas aplicações no **over** para pagar salários. Se o dinheiro for insuficiente, terão que recorrer ao crédito bancário ou à linha de desconto do BC.

## Congresso reage com perplexidade

O Legislativo reagiu com perplexidade diante do novo plano. As lideranças políticas foram cautelosas evitando analisar as mudanças. O Líder do PDS, Amaral Neto, admitiu rever seu apoio a Collor, já o socialista João Hermann achou que as medidas “podem dar bons resultados”. Em atitude inédita, Collor foi a pé do Palácio do Planalto ao Congresso para entregar as medidas, que devem ser votadas em 30 dias.

Zélia Cardoso de Melo, entre Antônio Kandir, Secretário do Planejamento, e Ibrahim Eris, Presidente do BC, explica o plano em entrevista coletiva

Por Sérgio Lima/Agência Brasil

HISTÓRICO - Caras-pintadas em manifestação em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, em setembro de 1992

# Há 35 anos: o confisco da poupança feito por Collor devastou a vida de milhões de brasileiros

Em 16 de março de 1990, o então presidente decretava uma das medidas mais devastadoras da história econômica do Brasil

Henrique Nunes

**A**s eleições de 1989 colocaram frente a frente duas forças antagônicas da política nacional: Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”, alinhado à direita, e Luiz Inácio Lula da Silva, o sindicalista que representava os interesses da classe trabalhadora. Por uma sé-

rie de razões, amplamente debatidas, o povo escolheu o “playboy” que prometia moralizar a gestão pública e tirar de cena os velhos caciques de Brasília.

A vitória de Collor, contudo, não impediu que, já no primeiro dia de seu mandato, ele demonstrasse a que veio: no dia 16 de março, no auditório do Ministério da Fazenda, em Brasília, o recém-eleito presidente anunciaria o confisco das poupanças e outras aplicações financeiras, um ato

que levou milhares de brasileiros à falência e causou uma onda de desesperos, com diversos relatos de suicídios.

## O Impacto do confisco e a reação da população

Naquele dia, a então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, em uma tentativa de controlar a inflação de 84% ao mês, anunciou as medidas de um novo plano econômico, o quarto em apenas cinco anos — os três ante-



riores haviam fracassado.

O confisco da aposentadoria foi uma das intervenções mais brutais da história econômica desde a redemocratização. O bloqueio das cadernetas de poupança fez com que cerca de 80% do dinheiro aplicado fosse retido pelo Banco Central por 18 meses. Estima-se que o governo tenha confiscado o equivalente a cerca de US\$ 100 bilhões, ou 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

A partir do dia 19 de março, correntistas e poupadores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, passaram a poder sacar apenas 50 mil cruzados novos, o equivalente a cerca de R\$ 8.300 nos valores atuais. O restante seria devolvido em 12 parcelas iguais, a partir de 16 de setembro de 1991, acrescidas de correção monetária e juros de 6% ao ano.

O confisco afetou milhões de brasileiros, incluindo aposentados que dependiam desses recursos para sua sobrevivência. Relatos da época indicam casos de suicídios e agravamento de doenças relacionadas ao desespero causado pela perda das economias. Embora não existam estatísticas oficiais sobre quantos suicídios ocorreram diretamente em função da medida, jornais da época registraram situações em que pessoas tiraram a própria vida ao perceberem que não teriam acesso ao dinheiro necessário para pagar contas e manter o padrão de vida.

Luiz Inácio Lula da Silva, que era um dos principais líderes da oposição e deputado federal na época, fez duras críticas à medida. Ele a classificou como um “estelionato eleitoral”, afirmando que Collor havia enganado os brasileiros ao prometer resolver a crise econômica sem prejudicar a população.

Lula também condenou os impactos da medida sobre os trabalhadores e aposentados, que vi-

ram suas economias bloqueadas da noite para o dia. O líder opositor participou de protestos contra o governo Collor e defendeu a abertura de investigações sobre as irregularidades cometidas pelo governo. Mais tarde, o PT apoiaria o impeachment de Collor em 1992, devido às denúncias de corrupção.

## Os escândalos de Collor: o caçador de Marajás

Fernando Collor de Mello foi o 32º presidente do Brasil, eleito em 1989, com um discurso de moralização da política e combate à corrupção. Seu governo, no entanto, ficou marcado por polêmicas e escândalos, especialmente durante a implementação do plano econômico e o confisco das poupanças.

A medida do confisco, que causou grande sofrimento à população, foi apenas o começo de uma série de decisões questionáveis. Collor também foi acusado de corrupção, tendo sido alvo de investigações que culminaram no seu impeachment em 1992, após denúncias de envolvimento em esquemas ilícitos. O processo de impeachment foi impulsionado por uma série de acusações de corrupção envolvendo sua família e aliados políticos, além de outros escândalos ligados à sua gestão.

Em 1992, Collor se tornou o primeiro presidente da história do Brasil a sofrer um impeachment, sendo afastado do cargo. Posteriormente, ele foi absolvido das acusações no Senado, mas sua imagem ficou profundamente arranhada. Apesar disso, Collor retornaria à política e, em 2006, foi eleito senador por Alagoas, cargo que ocupa até hoje.

Trinta anos após o confisco, Collor se desculparia pela medida. Mas, para milhares de famílias, já era tarde demais: as consequências de sua gestão antipovo haviam deixado marcas profundas e irreparáveis. ■

Posse de Fernando Collor de Mello como presidente do Brasil, em 1990



**Confisco de poupança:** A medida tomada por Collor resultou no bloqueio de cerca de 80% dos depósitos nas cadernetas de poupança, que ficaram retidos no Banco Central por 18 meses. Estima-se que o valor confiscado tenha sido de aproximadamente US\$ 100 bilhões, ou 30% do PIB nacional.

**Reações extremas:** A perda repentina das economias gerou uma série de impactos psicológicos graves, incluindo vários relatos de suicídios e aumento de doenças relacionadas ao estresse e desespero. Embora não haja dados oficiais sobre o número de suicídios, a medida teve um impacto devastador na saúde mental da população.

**Reformas econômicas fracassadas:** O confisco foi uma tentativa de estabilizar a economia, mas representava o quarto plano econômico em apenas cinco anos, o que refletia a falha constante nas tentativas anteriores de controlar a inflação.

**Críticas de Lula:** Em seu papel de líder da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva criticou fortemente a medida, chamando-a de “estelionato eleitoral”. Ele denunciou a enganação da população e as consequências negativas para a classe trabalhadora e aposentados. ■

# Isenção de IR de até R\$ 5 mil: medida justa e necessária

Lindbergh Farias

O anúncio do governo Lula referente à isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e à redução do imposto para os que ganham entre esse valor e R\$ 7 mil mensais é um extraordinário movimento de justiça social tributária.

É a concretização de um compromisso de campanha de Lula para colocar as camadas mais ricas no Imposto de Renda e o povo no orçamento. Mais de 10 milhões de pessoas serão beneficiadas com a isenção do pagamento de IR. Somando com os 10 milhões que já ficaram isentos em 2023 e 2024, no total, 20 milhões de trabalhadores não precisam mais pagar Imposto de Renda, graças ao governo do PT e aliados.

Se incluídos os que terão isenção parcial, significa que nove em cada dez brasileiros que pagam IR serão beneficiados pelo projeto do presidente Lula.

Trata-se da maior e mais efetiva alteração na tabela da história recente do Brasil e permitirá que 90% dos contribuintes tenham mais dinheiro no fim do mês. Hoje, a renda até R\$ 2.824,00 é isenta.

Significa mais dinheiro no bolso e, conseqüentemente, uma qualidade de vida melhor para os assalariados.

O projeto do governo Lula encaminhado ao Congresso Nacional é um avanço significativo na direção de uma sociedade mais justa e igualitária. Não só será aliviado o bolso dos trabalhadores, mas também será estimulada a economia,

já que esses recursos serão reinvestidos no consumo e no bem-estar das famílias.

É a terceira ampliação da faixa de isenção do IR em pouco mais de dois anos do terceiro mandato de Lula. A tabela ficou congelada desde 2015. Quando Lula assumiu, em 2023, todo mundo que ganhava mais de R\$ 1.903 pagava imposto. Em um primeiro momento, a faixa foi ampliada para quem ganha acima de R\$ 2.112; depois, para quem ganha mais de R\$ 2.824. Agora, a tão esperada isenção de IR de até R\$ 5 mil.

O governo militarista passado congelou a tabela do Imposto de Renda e permaneceu quatro anos sem mover uma palha para alterá-la. Os bolsonaristas, adoradores do deus mercado, não atualizaram a tabela sequer pela taxa de inflação.

Nosso governo elaborou uma medida fundamental para ajudar a diminuir a desigualdade no nosso país, tornar o Brasil mais justo. É sabido que o Brasil é um dos líderes da desigualdade de renda no planeta, com um fosso vergonhoso entre os mais ricos e os mais pobres. Isso se reflete também na tabela do IR.

Os dados são horripilantes. Atualmente, os super-ricos no Brasil pagam pouco, quase nada. O 1% mais rico paga apenas 4,2% de IR sobre os seus rendimentos. São 400 mil que ganham mais de R\$ 71,8 mil por mês. O 0,1% mais rico paga apenas 2,68% de IR sobre os seus rendimentos; são 40 mil contribuintes que ganham mais de R\$ 364 mil por mês. Já o 0,01% mais rico paga ainda menos: 1,73%. São cerca de 4 mil pessoas que ganham quase R\$ 2 milhões por mês.

É muito injusto! Um profissional como um professor ou professora que ganhe R\$ 5 mil está inserido, hoje, na faixa de 27,5% de imposto. Um verdadeiro absurdo! Há gente do mercado financeiro que ganha R\$ 2 milhões por mês e não paga um centavo de imposto, pois é remuneração com base em dividendos.

O Brasil é um dos únicos países do mundo que não tributa dividendos. O outro é a Estônia. Precisamos sair dessa vergonhosa excepcionalidade para colocar nosso país no rol de países com justiça tributária. O governo Lula tem o compromisso de reduzir as desigualdades e fazer com que quem ganha menos pague menos; quem ganha mais, pague mais.

O sistema tributário sobre a renda no Brasil é totalmente injusto. Por isso, o presidente Lula buscou uma equação que não pese para ninguém, aliviando a carga tributária sobre quem ganha menos – os trabalhadores – e garantindo que quem ganha mais pague um pouco mais. Foi feita a coisa certa, sem afetar o equilíbrio das contas públicas.

Para compensar a perda de receitas que o aumento da isenção trará, o governo irá propor um imposto mínimo de até 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, o equivalente a R\$ 600 mil por ano. Essa regra não afeta a maioria dos brasileiros. De cada 10 mil brasileiros, apenas 6 (seis) serão afetados pela mudança.

Enfim, o que muda é que pessoas com altos rendimentos, que atualmente pagam pouco imposto proporcionalmente ao que ganham, passarão a contribuir com uma porcentagem mínima. São os super-ricos que precisarão pagar um pouco mais para compensar a isenção ou diminuição de Imposto de Renda a milhões de brasileiros.

Caberá agora ao Congresso aprovar a proposta. O Brasil está no rumo certo. ■

Lindbergh Farias é Deputado federal (PT-RJ) e líder do PT na Câmara dos Deputados

# Exército israelense ataca alojamentos do Hamas e deixa mais de 400 mortos

Exército israelense ataca alojamentos do Hamas, causando mais de 400 mortos, em uma violação do cessar-fogo de 42 dias

Fernanda Otero

**N**a madrugada de terça-feira, 18, o exército israelense disparou contra alojamentos do Hamas em Gaza, deixando mais de 400 mortos e ao menos 100 feridos. Os ataques ocorreram em meio a um acordo de cessar-fogo que já durava 42 dias.

Entre as vítimas, estavam muitas crianças. Os feridos ainda estão sendo retirados das áreas atingidas por drones.

De acordo com a Euronews, na manhã de terça-feira, o escritório do primeiro-ministro de Israel teria ordenado a ação. Os ataques atingiram alvos ao norte de Gaza, incluindo a Cidade de Gaza, Deir al-Balah, Khan Younis e Rafah.

Em uma declaração, o governo israelense responsabilizou os ataques pela recusa do Hamas em liberar os reféns mantidos na Faixa de Gaza e pela rejeição de um acordo de trégua que Israel afir-

ma ter sido proposto pelo enviado especial dos EUA, Steve Wittkoff. Israel também prometeu aumentar a força militar.

O Hamas condenou os ataques e responsabilizou Benjamin Netanyahu “por completo pelas consequências da agressão traiçoeira a Gaza, aos civis indefesos e ao nosso povo palestino,” em uma mensagem divulgada pelo grupo no Telegram.

O Hamas alertou que os ataques violaram o cessar-fogo e colocaram em risco a vida dos reféns.

Em entrevista à Reuters, o porta-voz do Hamas, Abdel-Latif Al-Qanoua, afirmou que as negociações com os mediadores estavam em andamento e que o grupo estava comprometido com a implementação do acordo de cessar-fogo em Gaza.

Mediadores egípcios se mostraram surpresos com os ataques aéreos durante a noite, já que as negociações anteriores haviam sido tranquilas e eles não haviam recebido nenhuma notificação. ■

## Polícia francesa expulsa jovens imigrantes de teatro após ordem judicial

Na manhã de terça-feira, 18, a polícia de Paris retirou 400 jovens imigrantes, em sua maioria da África Subsaariana, do teatro La Gaîté Lyrique, com o consentimento da prefeitura. A operação, que ocorreu antes das 6h, envolveu o uso de cassetetes e gás lacrimogêneo para dispersar os ocupantes. Quase 50 pessoas foram detidas, podendo enfrentar revisão de visto e deportação, conforme afirmou o chefe de polícia de Paris, Laurent Nuñez.

A ocupação, iniciada em 10 de dezembro pelo Coletivo Juvenil do Parque Belleville, ocorreu após jovens, muitos deles menores não acompanhados, afirmarem que as autoridades francesas negaram a proteção legal que lhes era devida. A operação seguiu uma ordem de um tribunal, que alegou riscos à segurança e à saúde dos migrantes.

A ação foi criticada pela deputada Danielle Obono, do partido França Insubmissa, que questionou o tratamento dos imigrantes. O Ministério do Interior francês também anunciou um aumento de 27% nas deportações de imigrantes irregulares em 2024. ■





## Seminário debateu luta por democracia e liberdade nos países africanos colonizados por Portugal

Passados 50 anos da independência, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe ainda enfrentam graves problemas decorrentes da colonização e de ciclos de exploração subsequentes

Rose Silva

O seminário Cinco Décadas de Independência e Percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Paop), realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo do Campo, analisou os impactos sociais da exploração colonial e os desafios em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe após 50 anos do reconhecimento de sua independência por Portu-

gal. O evento foi registrado em vídeos que estão acessíveis no canal da Fundação Perseu Abramo no Youtube.

Participaram da abertura o presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto, o coordenador do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal do ABC, Acácio Sidinei Almeida Santos, e o diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo e professor da UFABC, Valter Pomar, que coordenou a mesa.

Para falar sobre a trajetória da Guiné-Bissau, foram convidados dois guineenses: o coordenador da Célula de Pesquisa em História, Antropologia e Sociologia do Centro de Estu-

dos Sociais Amílcar Cabral (Cesac) e membro do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, Miguel de Barros, e o doutor pela Universidade Federal do ABC Rubilson Velho Delcano, além dos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC, Paris Yeros e Maria Carlotto.

Barros destacou que a nação da Guiné-Bissau não nasceu no reconhecimento da independência por parte de Portugal. “Antes houve uma luta armada pela libertação, durante onze anos, que derrotou o exército colonial e acabou com o império português, obrigando-o a reconhecer a independência de todas as demais nações



africanas que estavam subjugadas. Portanto, foi a derrota de Portugal nas colônias que levou ao 25 de abril (Revolução dos Cravos) e não o contrário”, afirmou.

Segundo ele, no Estado colonial herdado como modelo pelos guineenses havia total ausência de talentos e recursos humanos. “A Guiné-Bissau teve um percurso de soberania de apenas dez anos, no qual os sistemas de ensino, saúde, produção e a estrutura administrativa foram alargados pelo território nacional. Em 1984, devido a questões como aumento da inflação e desvalorização da moeda, o país foi obrigado a aceitar pacotes liderados pelo Banco Mundial e o FMI que mudaram sua história. Foram implantadas reformas que privatizaram o Estado, trocaram a diversificação agrícola pela lógica da monocultura e tiveram impacto brutal na economia, provocando êxodo rural e a falência dos sistemas de ensino, administrativo e produtivo”, pontuou.

O guineense residente no Brasil Rubilson Delcano ressaltou que a designação “língua oficial portuguesa” não significa que sejamos luso-falantes e ainda menos luso pensantes, também no sentido epistêmico. “Para Amílcar Cabral, essa língua serviria como uma ferramenta de conexão entre os países africanos que outrora foram subjugados pela lógica impe-

rialista do fascismo de Portugal e poderia ser uma possibilidade de construção da unidade africana”, afirmou.

### Angola

O percurso de Angola foi o tema do pesquisador associado do Núcleo de Estudos Estratégicos Avançado (NEA-UFF) Jonuel Gonçalves, do dirigente do Partido dos Trabalhadores da Bahia que esteve exilado em Angola Jonas Paulo e da professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e ex-ministra da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, com a diretora da Fundação Perseu Abramo Mônica Valente na coordenação da mesa.

Gonçalves lembrou que Angola foi o maior exportador de escravizados para o Brasil, destino de 38% das pessoas capturadas que atravessaram o Atlântico, e disse que nunca existiu guerra mais violenta. Destacou ainda que a Língua Oficial Portuguesa nasceu na Galícia, portanto, chamá-la de lusofonia e conferir-lhe o símbolo lusitano é adequado somente para Portugal. “Para nós, o conjunto de ex-colônias, incluindo o Brasil, é complicado, porque luso é sinônimo de cidadão português. Deveríamos encontrar outra nomenclatura”, observou.

Ele mencionou que o Brasil se interessou muito por Angola, particu-

larmente nos dois primeiros governos de Lula, e isso estimulou empresas brasileiras. “Essas empresas repetiram em Angola exatamente tudo que os outros fizeram. Por isso considero, sim, que devemos colocar no mesmo saco os colonizadores, a Rússia, a China e as economias emergentes que surgiram dentro do extrativismo: só queriam matéria-prima e contratos de prestação de serviços, com lucro imediato. O que se esperava é que uma empresa brasileira de materiais de construção criasse uma indústria local, e não que importasse produtos do Brasil”, afirmou.

### Moçambique

O antropólogo e professor emérito da Universidade Técnica de Moçambique José Luís Cabaço fez uma exposição seguida de comentários do economista e ex-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes Beluce Bellucci, que esteve exilado naquele país, e da professora associada de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) Rita Chaves. A mesa foi dirigida pela coordenadora do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC, Ana Tereza Marra.

Cabaço lembrou que desde o início do processo, com as independências de Gana e Guiné, África começou a manifestar dois caminhos: um ligado às antigas metrópoles, tentando dar sequência aos projetos coloniais, e o outro transgressor, procurando romper com esses laços de dependência. “As colônias portuguesas apareceram tardiamente, já que Portugal era um país pária e sofríamos desse isolamento, até que os angolanos contestaram pela primeira vez o domínio português das colônias”, afirmou.

Disse ainda que os países africanos que nasceram com a independência foram marcados por um processo de transição muito violento: cultural, econômico e geográfico, em



alguns casos. Sobre a atual crise vivida em Moçambique, com a guerrilha Islâmica, acredita que ela é vista pelo poder como uma categoria fechada. “São considerados todos terroristas, não se buscam as causas sociais dessa revolta dos jovens, e a única forma de solução, a partir dessa concepção, é a eliminação física do grupo inimigo. Na minha opinião, é surpreendente que a juventude não tenha se revoltado antes, dada a situação extremamente polarizada”.

## Cabo Verde

No debate sobre Cabo Verde, a desembargadora Vera Duarte, investigadora do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e ex-ministra da Educação e Ensino Superior, fez uma exposição, com comentários da coordenadora e editora do Projeto Olhares Cruzados Brasil-África Dirce Carrion e do mestrando do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC Jacques Mario Almeida Ié. O secretário nacional de Combate ao Racismo do PT, Martvus das Chagas, coordenou a mesa.

Duarte afirmou que a partir de 1462, Santiago, Fogo e Brava, ilhas cabo-verdianas até então desabitadas, passaram a ser povoadas por pessoas vindas do reino português, além de africanos escravizados capturados nos rios da Guiné e do Senegal. O local funcionou como ponto de abastecimento dos navios que atravessavam o Atlântico à procura de novas terras e, já em 1500, as ilhas eram habitadas por um povo mestiço, que falava um proto-crioulo, resultante da fusão da língua portuguesa quinhentista com as línguas nacionais dos povos africanos.

Segundo ela, Cabo Verde nasceu como país devido à fome. Ao longo da história, a então província de Cabo Verde foi assolada diversas vezes pela seca, fome e mortandade devido ao abandono da potência colonial. Contudo, a fome de 1943 e a de 1947 tiveram um impacto diferente, pois estudava no Liceu de São Vicente o



Sergio Silva

jovem Amílcar Cabral, nascido na Guiné mas filho de pai cabo-verdiano. “Ter presenciado a barbárie que essas secas e fomes representavam teve um impacto devastador para ele, que começou a escrever poemas para denunciar a situação, além de decidir estudar agronomia para combater as secas e suas consequências. A ideia de lutar pela independência das colônias pode ter começado assim sua gestação”.

## São Tomé e Príncipe

A professora de Literaturas, Artes e Culturas na Universidade de Lisboa e pós-doutora em Estudos Pós-coloniais, Identidade, Etnias e Globalização pela Universidade de Berkeley Inocência Mata fez uma apresentação sobre a história de São Tomé e Príncipe, com comentários do administrador público, mestrando em economia Política Mundial, Kennedy Augusto Beer, e do doutorando em Políticas Públicas Walton Nascimento da Trindade, ambos estudantes da UFABC. Larissa Portes, do Centro Acadêmico de Relações Internacionais, coordenou a mesa.

Mata relatou que, nas comemorações do cinquentenário do 25 de abril, não havia nada sobre África no programa oficial. “Durante dois anos, nós trabalhamos na organização de uma exposição, que está no Museu Nacional da Etnologia, para discutir o colonialismo e descolonizar o imaginário. E, no ano passado, trabalhamos em uma exposição “Álbuns de família –

fotografias da diáspora na Grande Lisboa”, com o objetivo de trazer a presença africana e de afrodescendentes a essa história. É preciso interrogar: por que os capitães de abril deram o golpe? Foi porque estavam cansados das guerras de libertação”.

## Encerramento

O encerramento do evento teve as participações da diretora da Fundação Perseu Abramo, Elen Coutinho, e da professora integrante do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros/NEAB da Universidade Federal do ABC Carolina Bezerra Machado.

Coutinho disse que o diálogo com a memória das lutas dos Palop é essencial para repensar o mundo sob perspectivas não eurocêtricas, promovendo justiça histórica e epistemológica para povos que foram historicamente oprimidos. “Uma fala que marcou este evento veio logo na primeira mesa, com Rubilson Delcano, ao afirmar: ‘Não somos lusopensantes’. Falar português não significa ser definido pela herança colonial. No Brasil, essa realidade ressoa profundamente. Nossa identidade linguística e cultural não é extensão da portuguesa; é algo nosso, diverso, forjado no diálogo entre diferentes matrizes culturais”, afirmou.

E também destacou, na apresentação de Miguel de Barros, a relação e a influência de Amílcar Cabral em Paulo Freire, com sua imensa contribuição na pedagogia da libertação. “O simbolismo dessa passagem é imenso”, concluiu. ■

# O que aconteceu com a Europa?

Em discurso realizado no encontro do DiEM25, em Bruxelas, Yanis Varoukafis faz um apelo para ações ousadas, incluindo a saída da Europa da OTAN, um programa de investimento verde, uma nova comunhão monetária, e o combate ao tecnofeudalismo

Yanis Varoufakis

Tradução: Fernanda Otero

**C**erta vez tivemos um sonho. Era um sonho do que a Europa poderia ter sido. Uma Europa de prosperidade compartilhada, dignidade, liberdade – uma Europa de Paz e Esperança. Esse sonho agora está morto, perdido, acabado, kaput. Por quê? O que diabos aconteceu com a Europa?

Sabemos o que aconteceu com a Europa! Sabemos por que políticos de todos os lugares estão pousoando sobre Bruxelas hoje como drones maníacos, determinados a bombardear o que resta da Europa como um Projeto de Paz – determinados a transformar a cambaleante União Europeia em uma União de Guerra. Sabemos o que aconteceu com a Europa porque previmos isso. Quando o DiEM25 foi lançado há nove anos no Volksbühne Theatre em Berlim, dissemos em alto e bom som: “a Europa será democratizada, ou irá se desintegrar!” Bem, a Europa não se democratizou e por isso está se desintegrando – está insurgindo-se em uma união totalitária de guerra.

Austeridade para muitos e impressão de dinheiro para poucos gerou estagnação misturada com desigualdade desalentadora. Sempre que o capitalismo estagna e a desigualdade aumenta, enquanto a esquerda se junta ao centro na tentativa inútil de sustentar um establishment liberal falido, o

fascismo e a guerra nunca estão muito distantes. Assim como na década de 1930, duas variedades de totalitarismo começaram a disputar o poder.

De um lado, a direita neofascista radicalizada promete nos tornar grandes novamente não acabando com a austeridade ou exploração, mas através de um acerto de contas moral – uma limpeza cultural que visa os corpos estrangeiros impuros dentro do corpo puro da nação ou de uma Europa etnicamente branca-cristã-patriarcal: estrangeiros, trans, lésbicas, muçulmanos e judeus, especialmente aqueles que se opõem aos benefícios de limpeza do genocídio, são o inimigo interno.

Do outro lado, os centristas totalitários radicalizados conseguiram manter sua relevância como o único baluarte contra os fascistas, aprofundando a crise que alimenta o fascismo e, assim, sua reivindicação de serem nossa última defesa contra o fascismo que reforçam um ciclo vicioso perfeito impulsionando o totalitarismo.

Como os personagens de Lewis Carroll, Tweedledum e Tweedledee, os centristas totalitários radicalizados colidem com a direita neofascista radicalizada, sufocando a política democrática, tornando o totalitarismo grande novamente. Que não nos esqueçamos: não precisamos esperar que os fascistas ganhassem o governo antes de nosso magnífico referendo de julho de 2015 na Grécia ser derrubado. Não precisamos esperar que os fascistas ganhas-

sem o governo antes que Melanie Schweizer fosse demitida de seu cargo de serviço público na Alemanha por não apoiar o genocídio. Não precisamos esperar que os fascistas ganhassem o governo antes que eu fosse proibido de entrar na Alemanha, mesmo via Zoom!

Não precisamos esperar que os fascistas ganhassem o governo antes que as eleições presidenciais romenas fossem proibidas porque os centristas totalitários radicalizados não gostaram do resultado. A única diferença substancial entre nossos tempos e a década de 1930 é que Tweedledum (os centristas totalitários radicalizados) e Tweedledee (a direita neofascista radicalizada) trocaram de lugar quando se trata de guerra: hoje, de forma um tanto confusa, é Tweedledum (os centristas totalitários radicalizados) que estão armando o keynesianismo militar e exigindo mais guerra, enquanto Tweedledee (a direita neofascista radicalizada) proclamam paz – uma paz totalitária e assustadora.

## Por que nós, DiEM25, falhamos?

Sim, previmos tudo isso em 2015. Mas isso não nos impediu de falhar em evitá-lo, um lembrete cruel de que estar certo não é suficiente. Por que falhamos? Por que perdemos a onda popular que favoreceu nosso lado em 2015, permitindo que os fascistas explorassem a sede revivida por radicalismo?



Sim, é verdade, fomos impiedosamente espremidos entre Tweedledum (os centristas totalitários radicalizados) e Tweedledee (a direita neofascista radicalizada). Mas, também cometemos alguns erros inocentes:

Investimos demais no keynesianismo verde, esquecendo a lição atemporal de que, mesmo quando adota o keynesianismo como último recurso, a classe dominante sempre o abandonará assim que sua linha de fundo se recuperar – muito antes que muitos provem seus frutos. Nosso new deal verde nunca foi adotado, exceto parcialmente no nome. Não é de se admirar que, na mente dos muitos que lutam, “verde” se tornou sinônimo de padrões de vida ainda mais baixos.

Também demonstramos incapacidade de libertar as pessoas da exploração, oferecendo-lhes apenas a liberdade de escolher seus pronomes em nosso meio – o que, claro, seria aceitável se não fosse tão pateticamente inadequado na grande estrutura das coisas. Em vez de organizar os informais e os trabalhadores da indústria automotiva, acabamos organizando signatários, aparecendo como uma vanguarda intelectual auto-proclamada desfrutando do entusiasmo subversivo de uma revolução imaginária, com todos os confortos e apetrechos de um convescote da classe dominante.

E, por último, mas não menos importante: pensamos que poderíamos mobilizar os partidos de esquerda e verdes existentes por toda a Europa, apenas para descobrir que não estavam interessados.

## O que devemos fazer agora?

E agora? O que devemos fazer? Vamos começar reconhecendo que estamos no fim de uma guerra de classes impulsionada por qua-

renta anos de austeridade feroz e no início de um novo ciclo de keynesianismo militar, xenofobia armada, totalitarismo por dentro e tecnofeudalismo ao redor.

Portanto: É hora de ser ousado. Hora de ser claro sobre sete questões cruciais:

Sobre Paz com Segurança e como acabar com a carnificina nos campos de batalha da Ucrânia, onde vidas são devoradas com uma precisão mecânica implacável, devemos:

- Rejeitar completamente a apreensão predatória de recursos naturais da Ucrânia por Trump.

- Lutar para tirar toda a Europa da OTAN, imediatamente!

- Traçar um caminho para uma Europa não alinhada, mas nunca neutra.

- Aplicar o relaxamento das sanções e devolver os U\$ 300 bilhões da Rússia em ativos congelados, iniciar negociações com o Kremlin e Pequim sobre um arranjo estratégico abrangente, dentro do qual a Ucrânia se torne o que a Áustria foi durante a Guerra Fria: soberana, neutra e integrada à Europa como seus cidadãos desejarem.

Sobre prosperidade verde: Opor-se ferozmente ao keynesianismo militar, substituindo-o por um vasto programa de investimento verde que combine desenvolvimento com decrescimento.

Sobre dignidade: lutar por uma nova comunhão monetária que marginalize os bancos privados, ofereça um fundo fiduciário a todos e garanta um dividendo pessoal – uma renda básica – para cada um.

Sobre migração: transformar a acusação de que somos brancos com os estrangeiros em uma virtude. Gritar aos quatro ventos que a Europa sem migração em massa irá morrer – que queremos migrantes não por solidariedade, mas por interesse próprio.

Sobre combater o tecnofeudalismo: sancionar imediatamente os senhores da tecnologia “cloudalista”, restringir Amazon, Uber, Google, Meta, Airbnb, taxá-los até a extinção, impor interoperabilidade, acabar com a proibição de empresas de tecnologia europeias, como ASML, exportarem para a China e, acima de tudo, desenvolver nosso próprio capital socializado em nuvem – os indícios de um magnífico tecnossocialismo.

Sobre liberdade: desmontar o totalitarismo agora. Lutar pela liberdade de voto de todos, pela liberdade de expressão de nossos inimigos também – ao contrário do hipócrita JD Vance, que corretamente se manifestou contra o aumento da censura na Europa, mas nunca defendeu o direito de Julian Assange ao jornalismo ou a liberdade de expressão dos opositores ao genocídio dos palestinos.

Falando sobre Palestina e liberdade de expressão, está claro agora (não está?) que o que começou em Gaza não fica em Gaza! Tamanha brutalidade não pôde ser contida. Para mantê-la fora de nossos meios de comunicação, de nossas instituições culturais, das ruas, eles tiveram que dissolver liberdades básicas nos EUA, na Alemanha, na França, em todo o Ocidente. É por isso que nossa última, nossa sétima campanha deve ser: parar o genocídio. Fazer com que toda a Europa boicote, desinvista e sancione o último estado do Apartheid – assim como fizemos contra a África do Sul.

Amigos, companheiros, camaradas, temos muito a fazer. O sonho europeu está morto. Viva o novo sonho que estamos começando a sonhar esta noite. Juntos!

Economista e político grego, ex-membro do partido SYRIZA. Foi ministro das Finanças do Governo Tsipras em 2015, tendo sido sucedido por Euclides Tsakalotos.

# Conjuntura do Equador: crise política, ambiental e social em evidência

O Equador vive um momento de intensa polarização política, agravada por uma série de controvérsias envolvendo o Estado, questões ambientais e a disputa eleitoral que definirá o próximo presidente do país. A invasão da embaixada mexicana pelo governo equatoriano e a polêmica liberação da exploração de petróleo em áreas ambientalmente sensíveis são alguns dos eventos que têm chamado a atenção internacional e gerado debates acalorados no cenário doméstico. Como Martin Luther King Jr. destacou, “A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”, em sua famosa “Letter from Birmingham Jail” de 1963.

## A invasão da embaixada mexicana: um ato sem precedentes

No início de 2023, o governo equatoriano, liderado pelo presidente Guillermo Lasso, ordenou a invasão da embaixada do México em Quito para prender um político opositor que havia solicitado asilo. O ato foi amplamente criticado por violar normas internacionais de soberania e diplomacia, estabelecidas pela Convenção de Viena. A justificativa do governo foi a necessidade de combater a corrupção e garantir a aplicação da lei, mas a ação foi vista como um excesso autoritário por parte de Lasso, que já enfrentava baixa popularidade e acusações de perseguição política.

A comunidade internacional

reagiu com duras críticas, e o México rompeu relações diplomáticas com o Equador. O episódio manchou a imagem do país e levantou questões sobre o respeito ao Estado de direito e aos direitos humanos sob o atual governo.

## Exploração de petróleo e desastres ambientais

Outro ponto de tensão é a decisão do governo de liberar a exploração de petróleo em áreas da Amazônia equatoriana, onde já ocorreram desastres ambientais no passado, além de um vazamento que está acontecendo neste momento. Em 2020, um derramamento de petróleo no rio Coca afetou milhares de pessoas e causou danos irreparáveis ao ecossistema local. Apesar disso, o governo argumenta que a exploração é necessária para impulsionar a economia, que enfrenta dificuldades desde a pandemia de COVID-19 e a queda nos preços do petróleo.

Ambientalistas e comunidades indígenas têm protestado veementemente contra a medida, acusando o governo de priorizar interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental e dos direitos dos povos tradicionais. A tensão entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade continua a ser um dos principais desafios do país.

## A disputa eleitoral e o segundo turno

A polarização política no Equador se reflete na disputa eleitoral que definirá o próximo presidente. No primeiro turno, realizado

em agosto de 2023, os candidatos Luisa González, da esquerda representada pelo movimento Revolução Cidadã, e Daniel Noboa, um empresário de centro-direita, se destacaram e avançaram para o segundoturno, marcado para outubro.

Luisa González: Representando o legado do ex-presidente Rafael Correa, González promete fortalecer o Estado de bem-estar social, aumentar o controle sobre setores estratégicos da economia e revisar as políticas de exploração de recursos naturais. Seus críticos, no entanto, a acusam de autoritarismo e de representar um retorno ao modelo de Correa, que foi marcado por controvérsias e acusações de corrupção.

Daniel Noboa: Com um discurso mais moderado, Noboa busca atrair eleitores cansados da polarização entre esquerda e direita. Ele defende uma economia de mercado com medidas sociais pontuais e promete atrair investimentos estrangeiros para modernizar o país. No entanto, sua falta de experiência política e ligações com elites empresariais geram desconfiança entre setores mais progressistas.

## Expectativas para o segundo turno

O segundo turno reflete a divisão profunda no eleitorado equatoriano. De um lado, González representa a esperança de retomada de políticas sociais e maior intervenção estatal, enquanto Noboa aposta em uma agenda mais liberal e pró-mercado. As expectativas variam conforme o espectro político:



Se González vencer, espera-se uma reorientação das políticas econômicas e ambientais, com possíveis tensões com setores empresariais e a comunidade internacional. Seu governo também pode enfrentar desafios para reconstruir a imagem do país após a crise diplomática com o México.

Caso Noboa seja eleito, a expectativa é de maior abertura ao capital estrangeiro e uma agenda de reformas liberalizantes, mas ele precisará lidar com a insatisfação popular em relação às desigualdades sociais e aos impactos ambientais das políticas de exploração de recursos.

O Equador está em uma encruzilhada, com desafios que vão desde a reconstrução de sua imagem internacional até a necessidade de equilibrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade. O resultado das eleições definirá não apenas o rumo político do país, mas também seu papel em um cenário global cada vez mais complexo. Enquanto isso, a população equatoriana aguarda ansiosamente por mudanças que possam trazer estabilidade e justiça social. Barack Obama, ao discursar sobre as mudanças climáticas em 2015, destacou que “Não há um desafio que represente uma ameaça maior para nosso futuro do que as mudanças climáticas”, e que “Somos a primeira geração que sente as consequências das mudanças climáticas e a última que tem a oportunidade de fazer algo para deter isso”, em uma cerimônia na Casa Branca. ■

Mestrando em Relações Internacionais no IDP (Instituto Brasileiro de ensino Desenvolvimento e Pesquisa), gestor Público, CEO da Henrichs Consultoria Sec. Executivo Regenera Brasil, Ex-presidente do Fórum de Juventude dos BRICS Observador eleitoral há 15 anos, 18 países na América, 4 países na Europa, 1 na África, e 3 na Ásia.

# As Duas sessões 2025: o final de um ciclo quinquenal Chinês

Por J. Renato Peneluppi Jr.

**N**o início de março de 2025, a China realizou as “Duas Sessões”, evento anual que marca o ciclo legislativo do país. O termo refere-se às reuniões da Assembleia Popular Nacional (APN) e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPCh), que acontecem simultaneamente. Esses encontros são essenciais para o planejamento político e estratégico da nação.

Esse é o momento em que o governo apresenta e delibera sobre planos de longo prazo, para o ano vigente, ou ajustes levando em conta o relatório do ano anterior, observando como atingir os palanos mais amplos em áreas essenciais como economia, defesa, comércio, diplomacia e meio ambiente, refletindo prioridades nacionais dentro da política de “democracia popular ao longo de todo o processo”.

As “Duas Sessões” são essenciais para o acompanhamento e ajuste do Plano Quinquenal, garantindo que suas diretrizes se adaptem às necessidades do país ano a ano. A APN avalia a implementação do plano, aprova ajustes e define novas metas, enquanto a CCPPCh contribui com análises e recomendações. Esse processo assegura que o desenvolvimento do país siga de forma estratégica e alinhada aos desafios atuais.

O Partido Comunista da China (PCCh) segue uma estrutura organizada em ciclos rigorosos, refletindo seu modelo de centralismo democrático. Desde a Revolução Cultural, os Planos Quinquenais—principal ferramenta de planejamento estatal—são elaborados em anos terminados em 1 ou 6. Já o Congresso do Partido, responsá-

vel pela escolha da liderança, ocorre em anos terminados em 2 ou 7. Esses eventos se alternam de forma precisa, garantindo continuidade e controle estratégico no desenvolvimento do país.

As sessões desse ano são especialmente importantes, pois marca a última “Duas Sessões” do 14º Plano Quinquenal e servirá como base para o 15º Plano Quinquenal, que será apresentado em 2026. As decisões tomadas nas sessões desse ano terão um impacto profundo no futuro econômico e estratégico da China. Para melhor entender é preciso destacar duas características interessantes do 14º Plano Quinquenal: Primeiro, ele se sobrepõe à segunda metade do plano decenal chamado de “Made in China 2025”, desempenhando um papel importante na conclusão deste plano.

O segundo componente é o “Objetivo de Desenvolvimento de Longo Prazo até 2035”, um plano de quinze anos que visa consolidar o crescimento sustentável da China. Seus primeiros cinco anos coincidem com a segunda metade e conclusão do “Made in China 2025” e estão ancorados no 14º Plano Quinquenal, tendo ambos iniciados junto, garantiram a continuidade estratégica. A conclusão dessas iniciativas posicionará a China na metade do caminho para sua segunda meta centenária em 2049 – Nova Era. A partir de 2035, restarão quinze anos para concretizar o Sonho Chinês de rejuvenescimento da Nação.

## Relatório anual de trabalho

O relatório anual de trabalho, apresentado pelo primeiro-ministro Li Qiang, na abertura do APN confirmou o cumprimento das metas das “Duas Sessões” de 2024, nas quais o governo chinês projetou um crescimento do PIB de aproximadamente 5%. Ao final do ano, a economia atingiu o objetivo,

registrando um PIB de 134,91 trilhões de yuans (cerca de US\$ 17,8 trilhões). Embora a taxa de crescimento já não seja mais central nessa nova fase de desenvolvimento, essa foi a taxa de crescimento mais lenta desde 1990, porém o volume absoluto do PIB é o maior já registrado na história do país.

Destaque especial ao fato de terem alcançado a taxa de urbanização 67%, com a taxa de desemprego urbano em 5,1%, a matriz energética nacional com aproximadamente 40% de energia renovável. A fabricação de alta tecnologia teve um aumento de 8,9%, e a produção de veículos de nova energia ultrapassou 13 milhões de unidades. O país também contribuiu com cerca de 30% para o crescimento econômico global, mantendo mais de US\$ 3,2 trilhões em reservas cambiais.

A economia digital ainda representa menos de 10% do PIB, indicando espaço para crescimento, especialmente diante das ambições do governo de fortalecer o setor tecnológico. O valor agregado dos serviços de TI, atingindo 10,9%, mostra um avanço na digitalização e inovação. Esses números sugerem que, embora o setor de tecnologia esteja se expandindo, ele ainda não domina a economia, alinhando-se à estratégia chinesa de equilibrar modernização digital com setores tradicionais e manufatureiros

Segundo Xiaohuan Lan, autor do livro *How China Works: An Introduction to China's State-led Economic Development*, destaca essa transformação ao afirmar: “A China está se movendo em direção a um modelo econômico que prioriza a inovação e o conhecimento, abandonando gradualmente o foco exclusivo na manufatura.”

## Metas para 2025

O relatório de trabalho do governo também apresentou metas econômicas e sociais para o corrente ano, mantendo o crescimento do PIB em 5%, e a geração de 12 milhões de empregos urbanos, com a meta de 5,5% de taxa de desemprego urbano. Na abertura o primeiro-ministro logo destacou a implementação de políticas e subsídios para aumentar a taxa de natalidade e resolver a questão demográfica da China.

O governo chinês adotará medidas

para impulsionar o consumo, fortalecer os retornos sobre investimentos e ampliar a demanda interna. Estão previstas iniciativas específicas para aumentar o poder de compra, expandir a oferta de produtos e serviços de qualidade e aprimorar o ambiente de consumo, explorando o potencial de gastos diversificados e promovendo sua modernização.

Para estimular a economia, haverá um esforço para elevar a renda pessoal por diferentes meios. Além disso, serão emitidos títulos do Tesouro Nacional de longo prazo, no valor de 300 bilhões de yuans, destinados a programas de renovação de bens de consumo. O governo também realizará uma avaliação da política de erradicação da pobreza para verificar sua eficácia. Novas forças produtivas servirão como um novo motor para promover o desenvolvimento de alta qualidade e avançar a modernização chinesa, bem como uma nova força motriz que impulsiona o crescimento econômico mundial.

Um dos principais focos será a meta de crescimento para 2025, demonstrando a capacidade da China de manter sua economia resiliente diante de desafios globais, como potenciais novas tarifas de Donald Trump. Esse cenário reforça a estratégia de transição econômica do país, com investimentos em tecnologia, digitalização da indústria e fortalecimento do consumo interno, alinhando-se à política de Prosperidade Comum, que busca um crescimento mais equilibrado e inclusivo.

O investimento da China em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) atingiu 3,61 trilhões de yuans (US\$ 503,21 bilhões), consolidando o país como o segundo maior investidor nesse setor no mundo. O governo reafirmou seu compromisso com a inovação tecnológica, anunciando um fundo nacional de investimento em inovação de 1 trilhão de yuans para impulsionar avanços em áreas estratégicas.

Com esse aporte, a China busca fortalecer setores de ponta, criar novas forças produtivas de qualidade e impulsionar o desenvolvimento econômico e social de alta qualidade, consolidando sua posição como líder global em inovação.

## As duas sessões para o mundo

Durante as Duas Sessões de 2025, em um dos tradicionais e importantes momentos, o principal diplomata da China, Wang Yi, cedeu uma entrevista que delineou os principais aspectos da política externa do país. Ele criticou as tarifas dos EUA como prejudiciais à estabilidade global, enfatizou o papel da China como uma “força estabilizadora” e reafirmou seu compromisso com o multilateralismo.

Wang Yi também destacou a forte parceria da China com a Rússia e defendeu negociações políticas em zonas de conflito, particularmente na Ucrânia e no Oriente Médio. Suas declarações reforçaram a posição diplomática da China em meio às incertezas globais.

Como “força estabilizadora”, a China para consolidar sua autossuficiência estratégica e projetar-se como potência global até 2049, precisará de metas claras e estratégias decisivas para garantir estabilidade. A inovação torna-se o motor central desse desenvolvimento, reduzindo vulnerabilidades externas e impulsionando um crescimento mais resiliente e sustentável.

Sendo crucial implementar plenamente o novo conceito de desenvolvimento, acelerando a construção de um novo padrão econômico, a China se redefinirá no mundo. Como destaca Kishore Mahbubani em *Has China Won?*, “A notável transformação da China é resultado de uma governança pragmática, planejamento de longo prazo e um profundo compromisso com a modernização à sua própria maneira.”

Ao invés de seguir modelos ocidentais, a China traçou seu próprio caminho, combinando inovação, estratégia e visão de futuro. Seu progresso não é apenas econômico, mas também tecnológico e social, impulsionado por uma abordagem única de desenvolvimento da prosperidade comum. O impacto dessa modernização está apenas começando a moldar o século XXI—e o mundo deve se preparar para um futuro em que a China será um protagonista central na construção da nova ordem global. ■





## Em 14 de março de 1883, morria, em Londres, Karl Marx, pai do manifesto comunista, *O homem que mudou o rumo da história*

Edmundo Aguiar

**A** seguir, reprodução de fragmentos do discurso de Engels, (seu inseparável colaborador), diante de seu túmulo.

“O que o proletariado combativo europeu e americano, o que a ciência histórica perderam com a morte de este homem não se pode de modo nenhum medir. Muito em breve se fará sentir a lacuna que a morte deste homem prodigioso deixou.

Marx descobriu também a lei específica do movimento do modo de produção capitalista moderno e da sociedade burguesa por ele criada. Com a descoberta da mais-valia fez-se aqui de re-

cente luz, enquanto todas as investigações anteriores, tanto de economistas burgueses como de críticos socialistas, se tinham perdido na treva.

Pois, Marx era, antes do mais, revolucionário. Cooperar, desta ou daquela maneira, no derrubamento da sociedade capitalista e das instituições de Estado por ela criadas, cooperar na libertação do proletariado moderno, a quem ele, pela primeira vez, tinha dado a consciência da sua própria situação e das suas necessidades, a consciência das condições da sua emancipação — esta era a sua real vocação de vida. A luta era o seu elemento. E lutou com uma paixão, uma tenacidade, um êxito, como poucos.

E, por isso, Marx foi o homem mais odiado e mais caluniado do

seu tempo. Governos, tanto absolutos como republicanos, expulsaram-no; burgueses, tanto conservadores como democratas extremos, inventaram ao desafio difamações acerca dele. Ele punha tudo isso de lado, como teias de aranha, sem lhes prestar atenção, e só respondia se houvesse extrema necessidade. E morreu honrado, amado, chorado, por milhões de companheiros operários revolucionários, que vivem desde as minas da Sibéria, ao longo de toda a Europa e América, até à Califórnia; e posso atrever-me a dizê-lo: muitos adversários ainda poderia ter, mas não tinha um só inimigo pessoal.

O seu nome continuará a viver pelos séculos, e a sua obra também!”

Friedrich Engels, Londres, 14 de março de 1883



15/03/1967

## Costa e Silva assume a chefia da ditadura

O general Arthur da Costa e Silva, ministro do Exército e membro do Comando Supremo da Revolução, toma posse como segundo presidente da ditadura. Exponente da chamada linha dura, Costa e Silva exonerou-se do cargo de ministro para disputar as eleições indiretas no Congresso, sem adversários. Teve como vice o deputado Pedro Aleixo, da Arena, um liberal oriundo da UDN de Minas.

Da mesma forma que o antecessor, Castelo Branco, o segundo general presidente acena com um governo democrático – e da mesma forma será impermeável a contestações. Em seu governo, marcado pela confrontação das ruas ao regime, o país vai mergulhar ainda mais na espiral autoritária, que terá seu auge com a edição do Ato Institucional nº5 (AI-5), em dezembro de 1968.

18/03/1971

## Justiça condena brasileiro à morte

Teodomiro Romeiro dos Santos, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), é condenado à morte por fuzilamento pela Justiça Militar da Bahia. Aos 18 anos, acusado do assassinato de um sargento da Aeronáutica, tornou-se o primeiro sentenciado à pena capital no país durante o período republicano.

A decisão unânime do Conselho de Justiça da Auditoria Militar

seria posteriormente convertida em prisão perpétua pelo Superior Tribunal Militar (STM). Após revisões, a pena foi reduzida para 16 anos.

Teodomiro não foi beneficiado pela Lei da Anistia, em 1979. Com receio de ficar na prisão e acabar sendo assassinado, fugiu e asilou-se na Nunciatura Apostólica. De lá, partiu para exílio no México e depois para Paris, de onde retornou ao Brasil em 1985, quando sua pena já estava extinta.

19/03/2009

## STF confirma direito de indígenas a terras

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) confirma a homologação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, situada no noroeste de Roraima, com superfície aproximada de 1,7 milhão de hectares e perímetro de mil quilômetros. A sentença encerra juridicamente a questão e beneficia diretamente 20 mil índios das etnias uapixana, ingaricó, macuxi, patamona e taurepangue.

O território era disputado desde os anos 1970 por índios e arrozeiros. Em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, portaria do Ministério da Justiça demarcou as terras e assegurou a posse permanente aos indígenas. A homologação definitiva viria em abril de 2005, por meio de decreto assinado pelo presidente Lula.

Deputados e senadores de Roraima e o governador José de Anchieta Júnior (PSDB), no entanto,

recorreram à Justiça para derrubar a medida, mas foram derrotados no STF.

O período entre a homologação das terras, em 2005, e a decisão do STF, em 2009, foi marcado por diversos conflitos entre os índios e os agricultores locais, especialmente os arrozeiros, exigindo a frequente intermediação do Judiciário, do Executivo federal, da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança e de organismos internacionais.

Após a sentença do STF, os arrozeiros teriam prazo de 40 dias para se retirar das terras indígenas. A Polícia Federal concluiria o processo de remoção em junho de 2009.

A decisão sobre Raposa Serra do Sol se tornaria uma referência no respeito ao direito à terra dos povos indígenas e populações tradicionais.





20/03/2003

## EUA invade o Iraque e deflagra guerra

Um ano e meio após os atentados de 11 de setembro, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ordena a invasão ao Iraque, como parte de sua campanha de “guerra ao terror”. A Casa Branca alega que o ditador Saddam Hussein estaria armazenando armas de destruição em massa e financiando ações da Al-Qaeda — grupo responsável pelos ataques terroristas de 2001.

As justificativas do governo norte-americano se mostrariam não apenas frágeis, mas falsas: as tais armas de destruição em massa nunca foram encontradas, e não havia nem mesmo indício de que Hussein tivesse alguma ligação com a Al-Qaeda. Tais mentiras sustentaram uma ação mili-

tar que acabaria transformando o país árabe em palco do conflito mais violento do século 21. Além disso, a democracia prometida pelos Estados Unidos jamais seria instaurada.

Apesar da campanha mundial contra a guerra, a maior já vista, e da posição contrária do Conselho de Segurança da ONU, o conflito se arrastaria por mais de oito anos. Segundo estatísticas oficiais, até 2011 a guerra teria custado 170 mil vidas; relatórios independentes, no entanto, apontam para a morte de mais de 1 milhão de pessoas, como vítimas diretas ou indiretas da violência que tomou conta do Iraque. Cerca de 85% das mortes foram causadas pela guerra civil iniciada paralelamente à invasão

estrangeira.

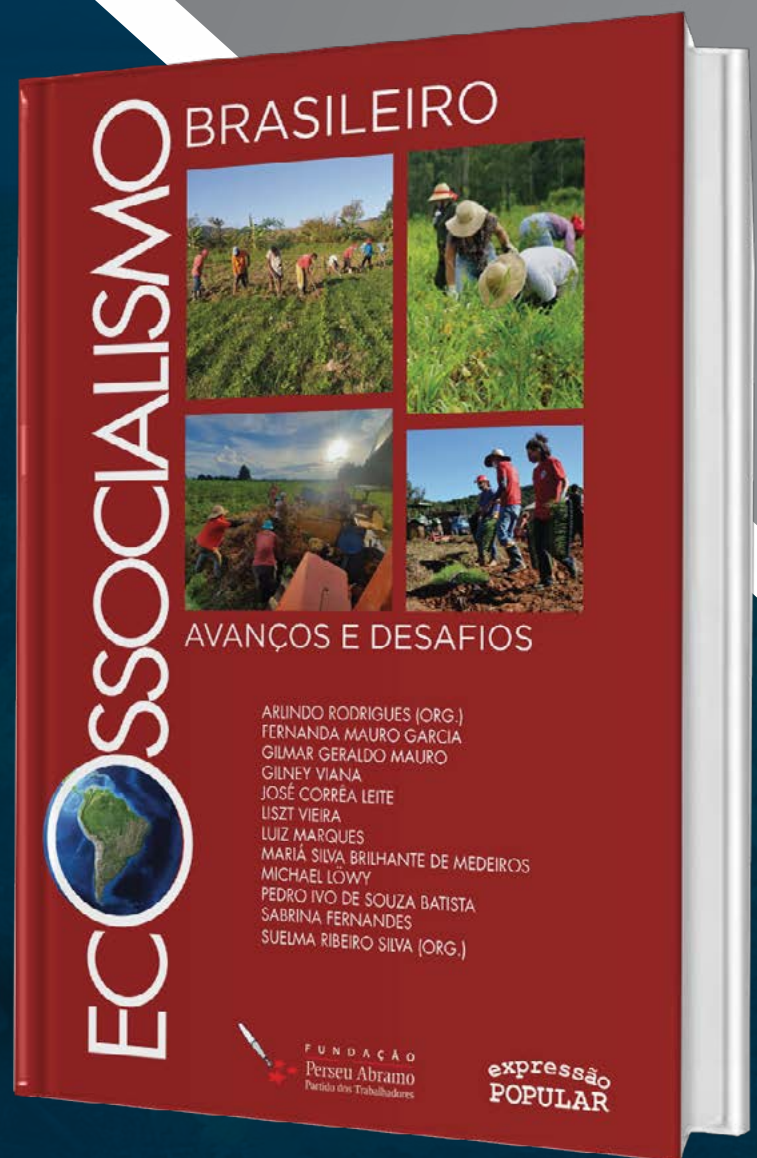
Em dezembro de 2003, Saddam Hussein foi encontrado num buraco, que usava como esconderijo. Em 2006, um tribunal iraquiano o condenou à força. A transição entre governos mostrou-se um fiasco: a queda de Saddam deixaria um vácuo político e um estado de violência generalizada que se manteriam mesmo após a retirada das tropas, em 2011.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)

# SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

[fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios](http://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios)

Edição impressa  
disponível nas  
livrarias ou na loja  
virtual da coeditora,  
**Expressão Popular.**



FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

**expressão  
POPULAR**